

Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP

Pensando a Segurança Pública

Termo de Referência N° 135805

Pensando a Segurança Pública

Produto 9: “Elaboração de relatório técnico final do Projeto, reunindo as informações sistematizadas dos relatórios de acompanhamento, descrevendo cada uma das fases e incluindo informações sobre as publicações realizadas e seu evento de divulgação”

Relatório Final

Anna Lúcia Santos da Cunha

Brasília – DF

Julho/2012

Produto 9: “Elaboração de relatório técnico final do Projeto, reunindo as informações sistematizadas dos relatórios de acompanhamento, descrevendo cada uma das fases e incluindo informações sobre as publicações realizadas e seu evento de divulgação”

I. APRESENTAÇÃO

Este documento corresponde ao **relatório técnico final** do projeto Pensando a Segurança Pública (edição de 2011). Descreve-se, neste relatório, cada uma das fases de desenvolvimento do referido projeto, principalmente a partir da apresentação agregada e sistematizada das informações mais relevantes dos relatórios parciais de acompanhamento (produtos anteriores desta mesma consultoria).

Para tanto, este relatório final encontra-se estruturado por fase do projeto, de modo que cada seção apresentada corresponde a uma dessas fases.

O Projeto Pensando a Segurança Pública

Como é de conhecimento, o projeto Pensando a Segurança Pública, lançado em 2011, consistiu em uma iniciativa do Projeto Segurança Cidadã (BRA/04/029), firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP-MJ. Tal iniciativa procurou fomentar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisas no campo da segurança pública e da justiça criminal, de modo a fortalecer o diálogo entre a SENASP e atores acadêmicos para o subsídio das políticas públicas da Secretaria.

Assim como o Pensando a Segurança Pública, os editais públicos de pesquisa, de modo geral, estão inseridos em um contexto no qual a parceria junto a instituições de produção de conhecimento torna-se cada vez mais valorizada. Ao fomentar a realização de diagnósticos, mapeamentos, indicadores de monitoramento e avaliação, bem como de estudos comparados sobre diferentes realidades ou experiências, entre outros, os editais públicos de pesquisa tornam-se ferramentas importantes na ampliação da capacidade de compreensão, inovação e aperfeiçoamento de práticas e programas estatais. Desse modo, o maior envolvimento de pesquisadores e universidades em estudos sobre programas e políticas governamentais passa a ser um aspecto de grande potencial, favorecendo a produção de conhecimento empírico e aplicado e contribuindo para o desenvolvimento de serviços públicos mais efetivos.

De fato, as pesquisas empíricas em segurança pública vêm progressivamente recebendo maior atenção. Como observa o relatório da FAPESP sobre a produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas (FAPESP, 2009)¹, as pesquisas dessa área produzidas no Brasil têm demonstrado maior preocupação com o caráter empírico, podendo ser verificados avanços consideráveis no que tange à qualidade de dados, ao advento de uma diversidade de técnicas e metodologias (ex: investigação documental, estudos de carreiras morais e histórias de vida, *surveys* e pesquisas de vitimização, técnicas projetivas que exploram distintos ângulos de representações sociais e culturais, etc.), além de avanços no tratamento estatístico e nas análises qualitativas, cada vez mais consistentes. Ainda de acordo com esse relatório, além da intensificação no aspecto empírico dos estudos em segurança pública, essa aproximação entre instâncias do governo e universidades favorece a superação de posturas auto-referidas – pautadas, muitas vezes, por preconceitos e desconfianças mútuas.

¹ FAPESP, 2009. **Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000)**. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O projeto Pensando a Segurança Pública vem, nesse sentido, apoiar e reforçar essa aproximação entre o campo acadêmico e as políticas públicas, fomentando a realização de pesquisas aplicadas e capazes de fornecer subsídios passíveis de serem utilizados pelo Governo Federal, Estados e Municípios.

Esta edição de 2011 do Pensando a Segurança Pública conta com a participação de 16 instituições², provenientes das diversas regiões do país e selecionadas a partir do edital de convocação nº 001/2011³. Os estudos desenvolvidos no âmbito do referido projeto apresentam-se distribuídos em 11 áreas temáticas, a saber: A.1. Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos; A.2. Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais; A.3. Tráfico de Pessoas; A.4. Normas disciplinares e diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública; A.6. Implementação e acompanhamento dos programas de polícia comunitária; B.1. Segurança Pública e Direitos Humanos; B.2. Uso da Força; B.3. Diagnóstico dos Homicídios; B.5. Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio; B.6. Fluxo do registro de mortes violentas; B.7. Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal.

O Quadro a seguir traz as informações básicas para identificação das pesquisas em andamento, fornecendo inclusive apresentações resumidas sobre os objetos de estudo.

² Embora inicialmente tenham sido selecionadas 17 instituições no edital de pesquisas do Pensando a Segurança Pública, uma das instituições – Unimontes – não pôde celebrar a parceria (Vide ofício nº 138, enviado pelo DEPAID/SENASP/MJ ao reitor da referida Universidade, João dos Reis Canela).

³ Para descrição dos processos de habilitação, avaliação e seleção dos projetos participantes do edital de pesquisas, ver produtos 2 e 3 desta consultoria.

Principais dados sobre as pesquisas desenvolvidas no Pensando a Segurança Pública

Área	Instituição	Coordenador(a)	Objeto de Pesquisa
A.1 Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos	COPPETEC/ UFRJ	Miriam Guindani	O estudo consiste em diagnóstico situacional dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos em funcionamento nas 27 unidades federativas do Brasil, visando contribuir para promoção de políticas públicas no campo da segurança e dos direitos humanos. Propõe-se a levantar informações sobre: a) competências (a partir dos marcos normativos), regulamentação, informações sobre suas atribuições, fluxo de trabalho e responsabilidades; b) condições de funcionamento, estrutura, grau de autonomia de atuação, aportes financeiros, canais de interlocução com a comunidade e com os órgãos federais; e ações que desenvolvem; c) experiências bem sucedidas desses conselhos; d) capacidade dos conselhos de influenciarem nas políticas públicas relacionadas aos seus campos; e) as estratégias utilizadas pelos conselhos para prestação de contas dos seus trabalhos, bem como de comunicação com a sociedade; f) o grau de representação de diferentes segmentos e processo de escolha dos conselheiros.
A.2 Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais	UFSC/ FAPEU	Erni Seibel	Trata-se de pesquisa sobre os “Indicadores de Gestão Institucional para a Segurança Pública”, cujo objetivo é produzir indicadores de gestão, monitoramento e avaliação de programas e ações de segurança pública bem como das instituições e dos seus profissionais. Baseia-se principalmente em dados da pesquisa “O que Pensam os Profissionais da Segurança Pública no Brasil”, e também na experiência de gestão de segurança pública do município de Camburiú.
A.3 Tráfico de Pessoas	FUNDEP/ Crisp	Cláudio Beato	Dentro do tema "Tráfico de Pessoas", o estudo oferece uma análise sobre como as organizações estatais e privadas atuam no enfrentamento ao fenômeno, especialmente junto aos públicos mais vulneráveis: crianças e adolescentes, mulheres, travestis e transexuais. Para tanto, se propõe a mapear a rede de instituições envolvidas no enfrentamento do tráfico de pessoas nos estados da região Sudeste do Brasil, analisando seus níveis de articulação, mapeando as principais rotas e áreas de incidência nos estados (a partir de dados secundários) e identificar as intervenções adotadas para enfrentamento da questão. Também foi apresentada justificativa da eleição geográfica da pesquisa (região sudeste) e incorporado como

			objetivo a análise de dados que possibilite a relação do tráfico de pessoas com outros crimes e a identificação e mapeamento das rotas do tráfico, através de dados secundários.
A.4 Normas disciplinares e diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública	Fundação Guimarães Rosa	Ignacio Cano	O estudo insere-se no tema “Proposta de Matriz de Lei Disciplinar no Brasil com base na experiência nacional e internacional”. A proposta é realizar avaliação técnica da legislação disciplinar das corporações de segurança pública do Brasil por meio de uma pesquisa documental, histórica e comparada dos regulamentos disciplinares, leis orgânicas e códigos de conduta adotados pelas instituições de segurança pública brasileira dentro de um contexto internacional e elaborar duas propostas de matriz legal - uma voltada para as instituições militares e outra para as civis - que possam servir como base para modernizar as legislações disciplinares brasileiras e para adaptá-las ao previsto na Constituição Federal de 1988 e à Portaria Interministerial SEDH/MJ Nº 2, de 15 de dezembro de 2010.
A.6 Implementação e acompanhamento dos programas de polícia comunitária	FAURGS	José Vicente Tavares	Avaliação da implementação do Acordo de Cooperação Técnica (Programa de Polícia Comunitária), estabelecido em 2008 entre o Brasil e o Japão por meio da SENASP, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e da Agência Brasileira de Cooperação Técnica (ABC/MRE), em 9 (nove) estados da federação: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.
B.1 Segurança Pública e Direitos Humanos	UFPA/ FADESP	Verônica Abreu	A pesquisa centra-se na análise documental e pesquisa de campo qualitativa da formação em direitos humanos em 5 capitais: 1. Belém (PA), Região Norte; 2. Salvador (BA), Região Nordeste; 3. Rio de Janeiro (RJ), Região Sudeste; 4. Porto Alegre (RS), Região Sul e 5. Brasília (DF) Região Centro-Oeste. Busca identificar os investimentos na área da formação em direitos humanos, bem como mudanças de currículos e projetos educacionais, além de analisar a relação ético-profissional dos policiais militares a partir de suas falas e discursos.
B.1 Segurança Pública e Direitos Humanos	Instituto DH	João Batista Moreira	Mapeamento de práticas, situações e valores socialmente reproduzidos no interior das instituições de segurança pública relativos aos direitos humanos,

			identificando e analisando suas vinculações ao processo de formação de seus operadores e ao monitoramento da atuação policial. No que tange à análise documental e à aplicação de questionários eletrônicos, o alcance da pesquisa engloba todos os estados brasileiros.
B.1 Segurança Pública e Direitos Humanos	FIDESA	Rosália Corrêa	Trata-se de uma análise comparativa das normas de conduta e da formação policial em direitos humanos da PM-PA e da PC-PA. Engloba estudo dos princípios que regem as instituições policiais militar e civil e a relação com os direitos humanos no ambiente interno, além de análise comparativa da dinâmica da formação em Direitos Humanos de policiais civis e militares do Estado do Pará e da sua repercussão no ambiente externo.
B.2 Uso da Força	Instituto Sou da Paz	Theodomiro Dias Neto	Trata-se de pesquisa sobre uso da força, partindo da análise das experiências das polícias militares de Pernambuco e de São Paulo sobre o tema. O estudo visa também propor um conjunto de iniciativas práticas para o exercício adequado da força, além de propor um conjunto de indicadores de monitoramento do uso da força à luz da Portaria Interministerial n°. 4.226/10 (que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública).
B.3 Diagnóstico dos Homicídios	ASCES	Ademário A. Tavares	Diagnóstico de Homicídios, comparando homicídios julgados no Tribunal do Júri em Recife e Fortaleza. Incorpora análise comparativa dos casos julgados nas varas privativas do Tribunal do Júri (nos crimes de homicídio doloso) e das Varas Criminais Comuns (nos crimes de latrocínio) das respectivas cidades, observando o perfil dos processos julgados, aspectos socio-econômicos, de gênero, idade, aspectos étnicos-raciais, etc., bem como os resultados dos julgamentos.
B.3 Diagnóstico dos Homicídios	FGV	Heloisa Estellita	Diagnóstico dos homicídios em três regiões metropolitanas (Guarulhos, Belém e Maceió), identificando padrões e categorias dos homicídios, de seus autores, vítimas e das eventuais relações com a cidade e a região onde ocorrem. Inclui a comparação da tipologia do crime e das condições sócio-econômicas de cada uma das cidades a serem pesquisadas.
B.5 Fluxo do trabalho de perícia nos processos de	ANIS	Debora Diniz	Análise do impacto dos laudos na investigação e julgamento de homicídios de mulheres por Lei Maria da Penha. Foi incorporada ao projeto a

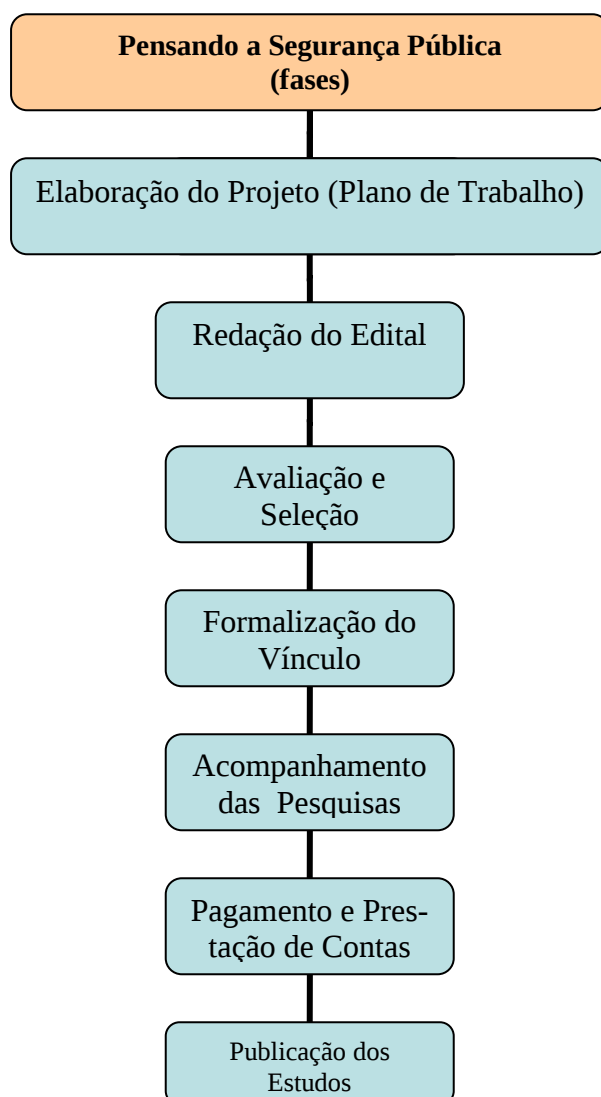
homicídio			comparação com processos de homicídios de mulheres não relacionados à Lei Maria da Penha, conforme sugerido na reunião de alinhamento.
B.5 Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio	Fundação Universitária José Bonifácio (UFRJ)	Michel Misse	O tema do estudo é “Fluxo do Trabalho de Perícia nos Processos de Homicídio” e visa avaliar o fluxo de trabalho e o papel dos exames periciais para a resolução e/ou instrução dos processos criminais envolvendo homicídios dolosos ocorridos no Rio de Janeiro. Tendo em vista que a divisão de homicídios da cidade apresenta estrutura organizacional e fluxos de trabalho diferenciados (com maior integração sistêmica entre a atividade de investigação policial e as atividades periciais), o projeto compara tal estrutura com aquela considerada “tradicional” e que ocorre em todas as demais delegacias do estado para a investigação de crimes em geral, incluindo os homicídios.
B.5 Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio	Universidade Federal de Sergipe - UFS	Paulo da Costa Neves	A pesquisa debruça-se sobre a prova pericial nos Processos Criminais referentes a crimes de homicídio na Comarca de Aracaju, conclusos ou concluídos no período de 2005 a 2010. Consiste em: 1) identificação dos principais laudos periciais produzidos durante a investigação dos crimes de homicídios (busca de informação nos próprios processos); 2) investigação sobre em que medida os laudos periciais são utilizados para a elucidação de crimes de homicídio pelos órgãos do sistema de justiça criminal; 3) correlação entre as tecnologias disponíveis e a forma como tem sido apropriadas e utilizadas pela polícia no processo de investigação e pela justiça no julgamento do caso; 4) verificação de como os policiais e profissionais do sistema de justiça que atuam na Comarca de Aracaju interpretam as informações presentes nos laudos, ou seja, se e como esses instrumentos são considerados para embasar as decisões durante o processo (na fase do inquérito policial, na fase de instrução criminal, na decisão pelo oferecimento ou não da denúncia e no sentenciamento).
B.6. Fluxo do registro de mortes violentas	Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa	Doriam Borges	Trata-se de pesquisa teórica e empírica sobre o fluxo de mortes violentas em três capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Maceió. O projeto buscar fazer: 1) mapeamento da dinâmica de trabalho das instituições responsáveis pelo registro das mortes violentas no Brasil (Saúde, Polícia Civil e IML), conhecendo o fluxo das mortes violentas e o grau de comunicação entre as instituições e seus respectivos bancos de dados; 2) estudo sobre os registros de mortes violentas, suas modalidades e etiologias, nas diferentes fontes de dados (Saúde, Polícia Civil e

			IML), na busca por uma melhor compreensão de como eles são gerados; 3) análise de amostra de casos de óbitos registrados pela Saúde nas outras fontes; 4) investigação sobre como a Polícia Civil e o IML registram as mortes que na Saúde são classificadas por causas externas cuja a intenção é indeterminada; e 5) identificação do escape no fluxo que pode contribuir para a subnotificação e para má classificação dos registros das mortes violentas no âmbito da saúde e da segurança pública.
B.7 Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal	PUC Rio Grande do Sul	Rodrigo Azevedo	O estudo oferece uma análise das políticas municipais de segurança pública nos municípios de Canoas/RS e Jaboatão dos Guararapes/PE, comparando-as com os resultados auferidos a partir da implementação do PRONASCI. Busca responder à seguinte pergunta: "em que medida a implementação do PRONASCI nas duas cidades vem garantindo a redução das violências e da criminalidade, especialmente da violência letal, e alterando as representações sociais dos gestores e da população local sobre esses resultados e, ainda, potencializado a institucionalização, permanente e continuada, do programa como política pública municipal de segurança nessas regiões?"

As próximas seções apresentadas neste produto foram estruturadas em conformidade com as principais fases de desenvolvimento do projeto Pensando a Segurança Pública, descrevendo-as de modo sintético e sistemático.

II. PRINCIPAIS FASES

As fases principais do projeto Pensando a Segurança Pública, sistematicamente descritas neste relatório final, podem ser representadas pelo diagrama a seguir.



III. ELABORAÇÃO DO PROJETO

Um dos primeiros passos para a realização do Pensando a Segurança Pública foi a elaboração de um projeto, ou seja, a redação de um **plano de trabalho** que pudesse descrever, organizar e planejar as várias etapas. Na edição de 2011, esse projeto foi elaborado somente após a escrita e divulgação do edital (correspondendo ao *Produto 1* desta consultoria). Contudo, como recomendação para futuras edições, sugere-se que o projeto seja concebido logo no começo, antes do início das atividades.

De modo genérico, pode-se dizer que a elaboração do projeto seguiu, fundamentalmente, as ações descritas abaixo:

- ⇒ Elaboração do projeto visual (criação de *logo* do projeto Pensando a Segurança Pública).
- ⇒ Reuniões entre a equipe do DEPAID acerca das principais fases e atividades futuras que envolveriam o Pensando a Segurança nos meses seguintes.
- ⇒ Consultas aos responsáveis pelo projeto Pensando o Direito (SAL-MJ), a fim de fazer um levantamento de referências que poderiam ser úteis para o desenvolvimento do projeto da SENASP, tendo em vista a semelhança entre os dois editais.
- ⇒ Reuniões para debater o detalhamento do cronograma do projeto, bem como sua previsão orçamentária.
- ⇒ Escrita do projeto e debates acerca do mesmo.

Projeto visual do Pensando a Segurança Pública (logomarcas da edição de 2011)



Logo 1: Pensando a Segurança Pública
(Autoria: Emerson Soares Batista Rodrigues)



Logo 2: conjunto de logos institucionais)

IV. REDAÇÃO DO EDITAL

A escrita do edital de seleção (*Convocação nº 001/2011 – Seleção de Projetos*), uma fase crucial do Pensando a Segurança Pública, demandou esforço e concentração da equipe do DEPAID, principalmente por exigir atenção às minúcias do documento. Sua redação teve início em maio de 2011, ao passo que sua publicação ocorreu em 14 de setembro do mesmo ano.

Concebido para ser divulgado entre os mais diferentes públicos potencialmente interessados na temática da segurança pública e da justiça criminal, o edital buscou trazer uma redação efetivamente elucidativa dos termos e condições de participação desse projeto de financiamento de pesquisas, preocupando-se também com critérios de objetividade e neutralidade. Esse documento estabeleceu e detalhou, assim, todas as *determinações* que viriam a orientar a seleção de propostas (temáticas e diretrizes dos estudos, perfis dos pesquisadores, critérios de seleção, prazos das fases de avaliação e seleção, requisitos para a habilitação, cronograma de financiamento, etc).

Embora a produção do documento como um todo tenha sido uma etapa bastante trabalhosa, três pontos exigiram especial atenção e dedicação. Foram eles: a) a definição das áreas temáticas, b) o enquadramento normativo do documento e c) os requisitos feitos às instituições e pesquisadores. A seguir, são indicadas as ações mais fundamentais que envolveram a concepção desses três pontos.

Definição das áreas temáticas

- ⇒ Levantamento dos **estudos de interesse** da SENASP e outras secretarias.
- ⇒ Reuniões gerais e específicas com integrantes das **áreas técnicas** da SENASP e outras secretarias do Ministério da Justiça (esses encontros foram fundamentais para

garantir que os estudos a serem financiados contemplassem informações, dados, indicadores, metodologias, instituições, programas, iniciativas, etc. que estivessem em concordância com as reais necessidades da SENASP e que pudessem potencializar a aplicabilidade das pesquisas na formulação de políticas públicas).

- ⇒ As áreas consultadas incluíram: Gabinete da SENASP; Departamento de Políticas, Programas e Projetos – DEPRO/SENASP; Coordenação-Geral de Inteligência – CGI/SENASP; Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – DEPAID/SENASP; Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Secretaria Nacional de Direitos Humanos – SDH; Organização Internacional do Trabalho – OIT; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.
- ⇒ Identificação do(s) **tipo(s) de estudo** (diagnóstico, mapeamento, avaliação, etc.) a ser sugerido no edital para cada área temática.
- ⇒ **Escrita** dos anexos do edital referentes às áreas temáticas (pelo DEPAID). **Revisão** dos textos (pelas áreas técnicas).
- ⇒ O edital contemplou 13 áreas temáticas, divididas em dois grupos (A e B). Previu também a seleção de até uma proposta por área temática do grupo A e até três propostas por área temática do grupo B.
- ⇒ De modo geral, o foco do edital esteve voltado para **pesquisas aplicadas e de caráter empírico**.
- ⇒ O edital previu que as propostas selecionadas seriam realizadas por um período de até seis meses, contando, cada uma, com um financiamento de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- ⇒ Obs: muitos dos profissionais consultados para a fase de escrita do edital (integrantes das áreas técnicas) também permaneceram como colaboradores do Pensando a Segurança Pública, participando igualmente do processo de avaliação e também acompanhando as pesquisas selecionadas (por meio da apreciação complementar dos produtos das instituições).

**Áreas Temáticas incluídas na
Convocação nº 001/2011 – Seleção de Projetos**

Grupo A

- A.1. Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos
- A.2. Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais
- A.3. Tráfico de Pessoas
- A.4. Normas disciplinares e diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública
- A.5. Jornadas e Escalas de Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública
- A.6. Implementação e acompanhamento dos programas de polícia comunitária

Grupo B

- B.1. Segurança Pública e Direitos Humanos
- B.2. Uso da Força
- B.3. Diagnóstico dos Homicídios
- B.4. Políticas de Prevenção e Redução dos Homicídios em Áreas de Vulnerabilidade
- B.5. Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio
- B.6. Fluxo do registro de mortes violentas
- B.7. Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal

Enquadramento normativo do documento

- ⇒ As seções do edital que apresentaram caráter mais enfaticamente jurídico e/ou operacional contaram com consultas do DEPAID (departamento responsável por sua redação) ao PNUD e também com consultas aos responsáveis por outros editais de pesquisa anteriormente lançados pelo Ministério da Justiça, em especial os responsáveis pelos editais do Pensando o Direito (SAL/MJ).
- ⇒ Embora a edição de 2011 do Pensando a Segurança Pública não tenha contado com o auxílio da Assessoria Jurídica do MJ, recomenda-se que essa seja consultada para as próximas edições (a fim de facilitar o processo de acesso às normas e às legislações específicas).
- ⇒ Por ter sido uma iniciativa tanto do MJ quanto do PNUD, o edital precisou estar adequado aos dois enquadramentos normativos (ou seja, dialogar tanto com as regras que vinculam os organismos internacionais, quanto com as regras que regem as instituições do poder público brasileiro).
- ⇒ O regime de contratação foi estabelecido por meio do instrumento da *Carta de Acordo*, sendo as principais exigências contratuais publicadas no próprio edital. Outros detalhes sobre a forma de pagamento das parcelas do financiamento e sobre o procedimento para prestação de contas foram repassados posteriormente às instituições selecionadas.

Validação/ Habilitação

- ⇒ O edital do Pensando a Segurança Pública (2011) apresentou a exigência de que o coordenador fosse profissional com título de doutor em área relacionada com a área temática da candidatura.

- ⇒ O documento previu também a exigência de que fossem apresentados os currículos de todos os integrantes das equipes candidatas (currículo a ser submetido a pontuação).
- ⇒ O edital orientou que os currículos dos integrantes do grupo de pesquisa fossem incluídos como parte do projeto de pesquisa apresentado.
- ⇒ Quanto às instituições, o edital previu a pontuação por sua experiência anterior na área temática de candidatura (solicitou-se apresentação dos grupos de pesquisa da instituição e de seus Programas de Pós-Graduação oficialmente reconhecidos).
- ⇒ Documentos diversos sobre a instituição candidata foram exigidos pelo edital, tais como os documentos de comprovação de regularidade fiscal (Contrato ou Estatuto Social e sua última alteração registrada; Inscrição Municipal; Inscrição Estadual; Certidão Negativa de Débito Municipal; Certidão Negativa de Débito Estadual; Certidão Negativa de Débito Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débito junto ao INSS; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS; Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz).

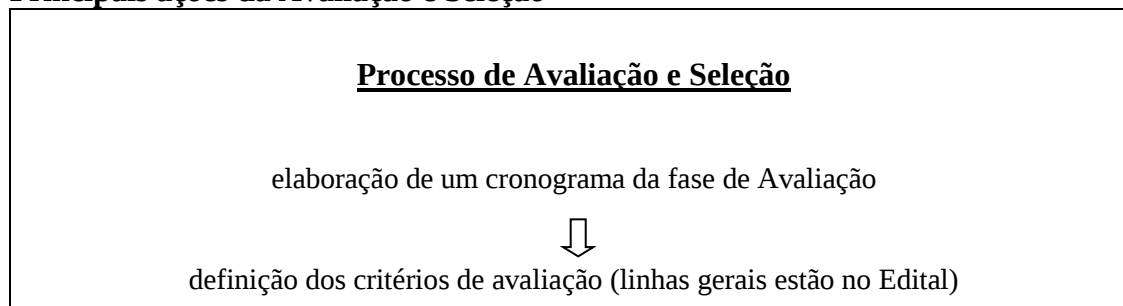
V. AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

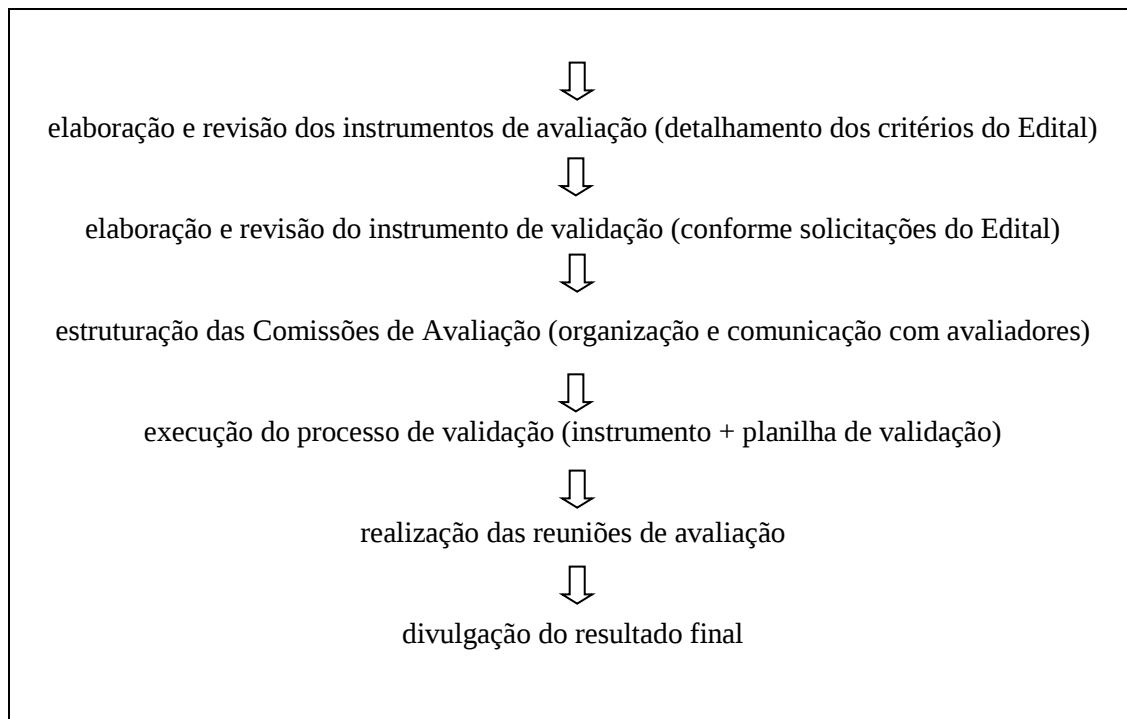
A fase de avaliação e seleção de projetos do Pensando a Segurança Pública ocorreu ao longo da última quinzena do mês de outubro de 2011 (seu processo foi detalhado no Produto 3 desta consultoria, sendo neste *relatório final* apresentados tão somente os pontos mais importantes desse processo, de forma sistemática). O calendário de atividades reproduzido abaixo representa a sucessão dessas ações mais importantes, permitindo uma apreensão dessa fase como um “todo”. Para complementar esse calendário, segue também outro quadro que sintetiza os passos envolvidos na execução da fase de avaliação e seleção.

Fase de Avaliação e Seleção: calendário de atividades (outubro/ 2011)

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
9	10	11	12	13	14	15
					último dia envio das propostas (SEDEX)	
16	17	18	19	20	21	22
	recebimento projetos Validação	recebimento projetos Validação	Validação Envio projetos p/ avaliadores	propostas com avaliadores	propostas com avaliadores	
23	24	25	26	27	28	29
	propostas com avaliadores	REUNIÕES DE AVALIAÇÃO	REUNIÕES DE AVALIAÇÃO	Divulgação dos Resultados, no turno da noite (site)	Divulgação dos Resultados (site)	

Principais ações da Avaliação e Seleção





Essa fase de avaliação e seleção de projetos demandou, inicialmente, que seus critérios e fases fossem claramente definidos no edital de convocação e, em seguida, que instrumentos específicos baseados nesses critérios fossem construídos. Além disso, os dados do processo foram sistematizados e, por fim, os resultados da seleção foram divulgados na data prevista (28 de outubro de 2011).

Nas próximas subseções são relatados os passos que envolveram a **avaliação e seleção** dos projetos no âmbito do Pensando a Segurança Pública no ano de 2011.

Critérios de Avaliação/ Seleção

⇒ As **linhas gerais dos critérios de avaliação** foram previamente definidas no **edital de convocação**, tornando públicos os parâmetros que viriam a nortear a seleção das propostas candidatas e contribuindo para a objetividade e transparência do processo de seleção.

⇒ O edital de convocação indicou seis critérios gerais, quais sejam:

- **Critério I** (até 12 pontos): Adequação ao tema e às diretrizes propostas: avaliação sobre a compreensão do tema apresentado e se a proposta contemplou as diretrizes temáticas expostas.
- **Critério II** (até 12 pontos): Estratégia metodológica: avaliação da estratégia de pesquisa frente aos resultados pretendidos, bem como se a execução da proposta apresentada seria viável dentro dos limites temporais e orçamentários existentes.
- **Critério III** (até 4 pontos): Titulação dos membros da equipe de pesquisa (a existência de coordenador de pesquisa com título de doutor em áreas relacionadas com a área temática de candidatura foi condição obrigatória para a composição da equipe).
- **Critério IV** (até 4 pontos): Experiência dos membros da equipe em pesquisas relacionadas com a área temática de candidatura.
- **Critério V** (até 4 pontos): Experiência da instituição proponente na execução de pesquisas empíricas e aplicadas.
- **Critério VI** (até 4 pontos): Experiência da instituição proponente em pesquisas relacionadas com a área temática de candidatura.

⇒ As linhas gerais de avaliação expostas no edital foram posteriormente desdobradas em **subcritérios** (com escalas de pontuação), constantes do **instrumento de avaliação** construído pelo DEPAID.

⇒ Esses instrumentos de avaliação foram elaborados a partir do início de outubro de 2011 com a finalidade de auxiliar os integrantes das comissões avaliadoras na apreciação das propostas recebidas.

⇒ Foi também elaborado um anexo ao instrumento de avaliação – constante do *Guia do Avaliador* –, no qual foram tecidas orientações específicas para cada área temática do edital (ex: dentro de cada temática, quais diretrizes eram mais importantes, qual o escopo esperado do estudo, que tipo de metodologia poderia ser aceita, etc.). Assim, tal anexo buscou esclarecer pontos especificamente

relacionados à área temática de pesquisa, indicando de que forma os projetos atenderiam (ou não) às demandas e exigências.

Estruturação das Comissões de Avaliação

- ⇒ A estruturação das Comissões de Avaliação foi uma iniciativa desenvolvida principalmente nos meses de setembro e outubro de 2011.
- ⇒ A determinação do número de Comissões a compor o processo de seleção e as áreas temáticas englobadas por cada uma delas foi de responsabilidade do DEPAID. Buscou-se agregar em uma mesma comissão as temáticas de maior proximidade.
- ⇒ A seguir, são indicadas as **áreas temáticas** englobadas por cada **Comissão de Avaliação**. **Comissão 1:** A.1. (Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos). **Comissão 2:** A.2. (Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais). **Comissão 3:** A.3. (Tráfico de Pessoas). **Comissão 4:** A.4. (Normas disciplinares e diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública) e A.5. (Jornadas e Escalas de Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública). **Comissão 5:** B.1. (Segurança Pública e Direitos Humanos) e B.2. (Uso da Força). **Comissão 6:** B.3. (Diagnóstico dos Homicídios), B.5. (Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio) e B.6. (Fluxo do registro de mortes violentas). **Comissão 7:** A.6. (Implementação e acompanhamento dos programas de polícia comunitária), B.4. (Políticas de Prevenção e Redução dos Homicídios em Áreas de Vulnerabilidade) e B.7. (Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal).
- ⇒ Os **integrantes** das Comissões de Avaliação consistiram em profissionais com reconhecida experiência na área temática encarregados de analisar os projetos de pesquisa por meio dos instrumentos de avaliação. No geral, esses integrantes foram

servidores das áreas técnicas da SENASP (e de outras Secretarias do Ministério da Justiça) e, em muitos casos, corresponderam a profissionais consultados também na etapa de redação do edital de convocação (isso permitiu que a maior parte dos integrantes das Comissões de Avaliação tenha participado do projeto desde seu início e que, conseqüentemente, apresentasse amplo conhecimento das demandas gerais e específicas de sua área temática).

- ⇒ O envio dos **convites de participação** para avaliadores ocorreu, na maior parte das vezes, por e-mail. Uma vez confirmada a participação, uma série de novos e-mails foi empreendida, objetivando esclarecer os detalhes de todas as fases do processo e as datas previstas para a sua realização, além de elucidar sobre qual viria a ser o papel específico dos avaliadores e os tipos de metodologia e instrumentos empregados.
- ⇒ Para as **Reuniões de Avaliação**, planejou-se a participação não apenas dos avaliadores convidados, mas também de dois outros profissionais do DEPAID – um responsável por coordenar a reunião e outro por auxiliar o coordenador e redigir a ata do encontro.
- ⇒ A seguir, são indicados os nomes dos **participantes** das **Reuniões de Avaliação**.
Comissão 1: Aline Balestra (CGPES, coordenadora da reunião), Lucia Eilbaum (consultora acadêmica – CGPES, ata), Suellen Sales (CONASP), Rosa Gross (SDH) e Cristina Villanova (DEPRO). **Comissão 2:** Marcelo Berdet (CGPES, coordenador da reunião), Roberta Redorat (CGPES, ata), Maikel Trento (Gabinete SENASP), Luseni Aquino (IPEA). **Comissão 3:** Cecília Escobar (CGPES, coordenadora da reunião), Anna Lúcia Cunha (consultora técnica - CGPES, ata), Fernanda dos Anjos (Secretaria Nacional de Justiça), Márcia Vasconcelos (OIT). **Comissão 4:** Aline Balestra (CGPES, coordenadora da reunião), Lucia Eilbaum (CGPES, ata), Tatiana Vasconcelos (DEPAID, Qualidade de Vida), Lusenira Paiva (SDH, Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública). **Comissão 5:** Cristina Neme (CGPES, coordenadora da reunião), Anna Lúcia Cunha (consultora técnica - CGPES, ata), Fábio Xavier DEPAID (Ensino), Moema Freire PNUD. **Comissão 6:** Isabel Figueiredo (DEPAID, coordenadora da reunião) Marcelo Berdet (CGPES, ata), Catia Emanuelli (DEPRO - Prevenção). **Comissão 7:** Cecília Escobar (CGPES,

coordenadora da reunião), Anna Lúcia Cunha (consultora técnica - CGPES, ata), Márcio Mattos (DEPRO - Polícia Comunitária), Cristina Villanova (DEPRO - Prevenção).

⇒ A tabela a seguir, por sua vez, apresenta informações sobre data e local das Reuniões de Avaliação.

Local e Data das Reuniões de Avaliação

Comissão de Avaliação	Data da Reunião de Avaliação	Local
01	25/10 manhã	Sala de Treinamento Ana Paula Galdino 2º andar – Shopping ID
02	25/10 manhã	Sala de Reuniões 1º andar – Shopping ID
03	25/10 manhã	Sala de Treinamento Ana Paula Galdino 2º andar – Shopping ID
04	25/10 tarde	Sala de Reuniões 1º andar – Shopping ID
05	25/10 tarde	Sala de Treinamento Ana Paula Galdino 2º andar – Shopping ID
06	26/10 manhã e tarde	Sala de Treinamento Ana Paula Galdino 2º andar – Shopping ID
07	26/10 manhã e tarde	Sala de Reuniões 1º andar – Shopping ID

Validação/ Habilitação

⇒ A **validação (ou habilitação)** antecedeu a apreciação dos projetos pelos avaliadores, correspondendo à fase de verificação dos **pré-requisitos básicos exigidos pelo edital**. Visou averiguar se as propostas recebidas contemplaram todas as solicitações previstas (isto é, se apresentaram todos os documentos e comprovantes exigidos, se respeitaram o prazo de postagem, se obedeceram às regras de formatação, se apresentaram as assinaturas solicitadas, etc), sem entrar no mérito de conteúdo.

⇒ O quadro a seguir sistematiza as principais ações que envolvem a validação/ habilitação.

Validação/ Habilitação

Ações Principais

Recebimento dos envelopes



Etiquetagem dos envelopes (cada proposta recebe um número de identificação)



Conferência dos requisitos (utilização do instrumento de validação)



Classificação dos projetos (habilitados/ habilitado com restrições/desabilitados)



Construção de banco de dados (tabela de habilitação)



Encaminhamento das propostas habilitadas ou habilitadas com restrições para a próxima etapa

- ⇒ O **instrumento de validação/ habilitação** da edição 2011 do Pensando a Segurança Pública foi construído com base nos requisitos do edital de convocação.
- ⇒ O instrumento de validação/ habilitação correspondeu a uma lista (do tipo *checklist*) na qual foram indicados os requisitos: para cada proposta recebida, dever-se-ia marcar se o requisito foi ou não atendido.
- ⇒ O instrumento de validação foi testado após o recebimento da primeira proposta de pesquisa e, após pequenas alterações, foi aprovado pela equipe do DEPAID.

- ⇒ As propostas candidatas foram classificadas em *habilitadas*, *habilitadas com restrições* e *desabilitadas*. Os projetos habilitados corresponderam àqueles que atenderam a todos os requisitos solicitados. Os habilitados com restrições, por sua vez, corresponderam aos projetos que apresentaram praticamente todos os itens demandados, restando um ou outro item pendente (nesse caso, entendeu-se que caso a proposta fosse selecionada pela Comissão de Avaliação, essa pendência encontrada na fase de validação deveria ser rapidamente solucionada). Já os projetos desabilitados corresponderam às propostas que deixaram de apresentar dois ou mais documentos, ou que não enviaram CD/DVD com a proposta, ou cujo objeto não atendeu nem parcialmente às diretrizes da área temática.
- ⇒ Foram recebidas exatamente **70 propostas**, das quais 58 foram consideradas habilitadas ou habilitadas com restrição e 12 foram consideradas desabilitadas.
- ⇒ As propostas consideradas desabilitadas não chegaram a ser encaminhadas para a análise de mérito por parte dos avaliadores.

Quantidade de propostas recebidas por área temática (edição 2011 do Pensando a Segurança Pública)

Área Temática	Quantidade de projetos recebidos
B1. Segurança Pública e Direitos Humanos	11
B3. Diagnóstico dos Homicídios	9
A2. Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais	8
B4. Políticas de Prevenção e Redução dos Homicídios em Áreas de Vulnerabilidade	7
A1. Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos	6
B7. Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal	6
B2. Uso da Força	5
B5. Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio	5
A4. Normas disciplinares e diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública	4
A6. Implementação e acompanhamento dos programas de polícia comunitária	4
A3. Tráfico de Pessoas	3

B6. Fluxo do registro de mortes violentas	2
A5. Jornadas e Escalas de Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública	0
TOTAL	70

Quantidade de propostas recebidas, por Comissão de Avaliação

Comissões de Avaliação	Área Temática	TOTAL
1	A1	6
2	A2	8
3	A3	3
4	A4 + A5	4
5	B1+B2	16
6	B3+B5+B6	16
7	A6+B4+B7	17
TOTAL	-	70

- ⇒ Cada proposta recebida teve o seu envelope marcado com um **número de identificação** específico (etiquetas numeradas). Os números identificadores facilitaram a operacionalização dos envelopes e dos instrumentos de validação, além de terem sido fundamentais para a posterior construção do banco de dados (intitulado Planilha de Habilitação).
- ⇒ A **Planilha de Habilitação**, mencionada anteriormente, consistiu em um documento em formato Excel construído para agregar as principais informações referentes ao processo de validação, facilitando o acesso rápido e fácil às informações. A *Planilha* englobou os seguintes itens: 1) número de identificação do projeto; 2) área temática de candidatura; 3) instituição proponente; 4) título da pesquisa; 5) nome do coordenador; 6) status (habilitado/habilitado com restrição/desabilitado); 7) motivo de restrição, caso aplicável; e 8) número da Comissão de Avaliação da proposta. Salienta-se que, posteriormente, após o processo de seleção dos projetos, foram acrescentadas a esse banco de dados duas outras colunas: 9) nota atribuída à proposta pela Comissão de Avaliação e 10) status final (selecionada/não-selecionada). Vide Planilha de Habilitação na tabela a seguir.

Planilha de Habilitação (adaptada)

Nº	Área	Instituição	Coordenador	Status	Restrição/ Motivo
1	B.5.	ANIS	Debora Diniz	Habilitado	NA
2	A.3.	Universidade Católica de Brasília	Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Habilitado	NA
3	A.1.	COPPE/UFRJ	Miriam Guindani	Habilitado	NA
4	A.1.	Universidade de Vila Velha	Rossana Ferreira da Silva Mattos	Habilitado com restrição	Objeto da pesquisa
5	A.1.	FUNDEP	Leonardo Avritzer	Habilitado	NA
6	A.2.	ANIPES	Renato Sérgio de Lima	Habilitado	NA
7	A.2.	UFSC	Erni José Seibel	Habilitado	NA
8	A.2.	Instituto de Segurança Pública ISP RJ	Ignacio Cano	Habilitado com restrição	INSS; Contrato ou Estatuto Social
9	A.2.	ANDHEP	Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer	Habilitado	NA
10	A.2.	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	Aldo Fornazieri	Habilitado	NA
11	A.2.	Fundação FEAD	David Ferreira Bomfin	Habilitado com restrição	Sem inscrição estadual
12	A.2.	Instituto Sou da Paz	Theodomiro Dias Neto	Habilitado	NA
13	A.3.	Organização de Direitos Humanos Projeto Legal	Cristiane Brandão Augusto Mérida	Habilitado com restrição	Enquadramento parcial à área temática
14	A.3.	FUNDEP	Cláudio Chaves Beato Filho	Habilitado	NA
15	A.4.	PUC-SP	Maria Stela Santos Graciani	Desabilitado	Não enviou CD
16	A.4.	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU	Fernando Ponte de Sousa	Habilitado	NA
17	A.6.	ISER	João Trajano Sento-Sé	Habilitado	NA
18	B.1.	UNISINOS	André Luis Callegari	Habilitado	NA
19	B.1.	Escola Superior de Teologia	Valério Guilherme Schaper	Desabilitado	Coordenador não é da área
20	B.1.	UNIFOR	Lilia Maia de Moraes Sales	Habilitado	NA
21	B.1.	FIDESA	Rosália do Socorro da Silva Corrêa	Habilitado	NA
22	B.1.	Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura	Guilherme Assis de Almeida	Habilitado	NA
23	B.1.	PUC Rio Grande do Sul	Álvaro Filipe Oxley da Rocha	Habilitado	NA
24	B.3.	FIDESA	Rosália do Socorro da Silva Corrêa	Habilitado	NA
25	B.3.	FGV (Escola de Direito de SP)	Oscar Vilhena Vieira	Habilitado	NA
26	B.3.	Fundação UFMS	Fabio Oliveira Roque	Desabilitado	Proposta totalmente fora da área temática, sem

					documentação
27	B.3.	FUNDEP	Cláudio Chaves Beato Filho	Habilitado	NA
28	B.3.	IDDEHA	Marcilene Garcia de Souza	Habilitado	NA
29	B.2.	Instituto Sou da Paz	Theodomiro Dias Neto	Habilitado	NA
30	B.2.	PMMG	Não indicado	Desabilitado	Não enviou o CD, sem folhas rubricadas, sem última folha assinada pelo representante da instituição
31	B.5.	Polícia Civil do Amazonas	Daniela Koshikene	Habilitado	NA
32	B.4.	Organização de Direitos Humanos Projeto Legal	Cristiane Brandão Augusto Mérida	Habilitado com restrição	atende parcialmente à diretriz da área temática
33	B.4.	Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE – IEPRO	Maria Glaucíria Mota Brasil	Habilitado	NA
34	B.4.	Centro Universitário do Espírito Santo	Rossana Ferreira da Silva Mattos	Habilitado com restrição	atende parcialmente à diretriz da área temática
35	B.4.	Universidade Bandeirante de São Paulo	Fernando Afonso Salla	Habilitado com restrição	Certidão Negativa de Débito Municipal
36	B.4.	FUNDEP	Cláudio Chaves Beato Filho	Habilitado	NA
37	A.6.	FAURGS	José Vicente Tavares dos Santos	Habilitado	NA
38	B.6.	Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa	Doriam Borges	Habilitado	NA
39	B.7.	Instituto de Promoção da Segurança Pública Municipal	Ednice Oliveira Fontes	Desabilitado	O coordenador não tem experiência na área temática
40	B.7.	PUC Rio Grande do Sul	Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	Habilitado com restrição	INSS
41	B.7.	Instituto Sou da Paz	Theodomiro Dias Neto	Habilitado	NA
42	B.4.	UFSC	Vera Regina Pereira de Andrade	Desabilitado	Não mandou certidões
43	B.5.	USP	Aline Thais Bruni	Habilitado	NA
44	B.6.	Fundação Universitária José Bonifácio (UFRJ)	Michel Misse	Habilitado	NA
45	B.5.	Fundação Universitária José Bonifácio (UFRJ)	Michel Misse	Habilitado	NA
46	A.2.	UFBA	Ivone Freire Costa	Habilitado com restrição	Enviou o CD posteriormente
47	B.2.	Instituto Superior da Educação Ocidemnte	Maribel Oliveira Barreto	Habilitado	NA
48	B.1.	UFPA	Verônica do Couto Abreu	Habilitado	NA
49	A.1.	UFPA	Jean-François Yves Deluchey	Habilitado com restrição	Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal
50	B.2.	Fundação Guimarães Rosa	Ignacio Cano	Habilitado	NA

51	A.4.	Fundação Guimarães Rosa	Ignacio Cano	Habilitado	NA
52	B.4.	FAURGS	José Vicente Tavares dos Santos	Habilitado	NA
53	B.1.	Instituto DH	João Batista Moreira Pinto	Habilitado	NA
54	B.7.	UNIMONTES	Maria Ângela Figueiredo Braga	Habilitado	NA
55	B.3.	UNIMONTES	Maria da Luz Alves Ferreira	Habilitado	NA
56	A.1.	Associação Caruaruense de Ensino Superior	Edelweiss Falcão de Oliveira	Habilitado com restrição	Assinatura na última folha do projeto
57	B.7.	Viva Rio	Fabiano Dias Monteiro	Habilitado	NA
58	B.2.	Viva Rio	Fabiano Dias Monteiro	Habilitado	NA
59	B.3.	Universidade Estadual de Maringá-UEM	Ana Lúcia Rodrigues	Habilitado com restrição	Objeto e certidões
60	A.6.	Universidade Estadual do Maranhão-UEMA	Protásio César dos Santos	Desabilitado	Sem objeto, método e objetivo
61	B.1.	Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC	Marli Marlene Moraes da Costa	Desabilitado	CD vazio
62	B.7.	UNISINOS	Luís Henrique Rodrigues	Desabilitado	Coordenador não é da área
63	A.6.	Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC	Marli Marlene Moraes da Costa	Desabilitado	CD vazio
64	B.1.	Universidade Estadual da Paraíba	Luciano do Nascimento Silva	Desabilitado	Sem CD
65	B.1.	Universidade Federal do Maranhão-UFMA	José Fernando Manzke	Desabilitado	Coordenador não é da área, sem papel timbrado da instituição
66	B.3.	Associação Caruaruense de Ensino Superior	Ademário Andrade Tavares	Habilitado	NA
67	A.4.	Universidade Federal de Sergipe-UFS	Tâmara Maria de Oliveira	Pendente (o CD estava com erro)	CD com erro
68	A.1.	Instituto DH	João Batista Moreira Pinto	Habilitado	NA
69	B.5.	Universidade Federal de Sergipe-UFS	Paulo Cesar da Costa Neves	Habilitado	NA
70	B.3.	UFPA	Wilson José Barp	Desabilitado	não enviou documentos, folhas sem rubrica da instituição

Avaliação

- ⇒ A **avaliação** consistiu na apreciação de mérito dos projetos habilitados, determinando quais os projetos que seriam selecionados para o Pensando a Segurança Pública.
- ⇒ Após a fase de validação/habilitação, as propostas consideradas habilitadas ou habilitadas com restrições foram remetidas por e-mail para os seus avaliadores (juntamente com os documentos de apresentação institucional e currículos dos integrantes das equipes).
- ⇒ Além disso, os avaliadores receberam também os **instrumentos de avaliação**. Foram enviados: 1) *Formulário de Avaliação* (instrumento de avaliação propriamente dito); 2) *Guia do Avaliador* (guia com informações complementares, agregando todas as informações eventualmente necessárias para o processo de avaliação, desde a apresentação do projeto Pensando a Segurança Pública, até a indicação do cronograma, a sistematização da metodologia de avaliação e o detalhamento das áreas temáticas) e 3) *Editais de Seleção* (para facilitar o acesso a esse documento fundamental do Pensando a Segurança Pública, caso alguma dúvida precisasse ser esclarecida).
- ⇒ Tendo como referência as orientações fornecidas pelo *Guia do Avaliador* e o *Formulário de Avaliação*, os avaliadores analisaram individualmente cada um dos projetos sob sua responsabilidade nos dias que antecederam a Reuniões de Avaliação (essa **avaliação individual** ocorreu antes da reunião para possibilitar que tal encontro se restringisse a uma deliberação última acerca da nota final dos projetos, potencializando o tempo disponível para o processo de seleção).
- ⇒ No que tange às **Reuniões de Avaliação**, escolheu-se um profissional do DEPAID para coordenar e outro para a redação da ata – como mencionado anteriormente. O coordenador ficou responsável por iniciar os trabalhos, conduzir a reunião conforme metodologia prevista, esclarecer eventuais dúvidas e mediar deliberações. O redator da ata, por seu turno, recebeu as atribuições de assessorar o coordenador na

condução da reunião, de preencher a planilha de Excel conforme as notas auferidas pelos avaliadores e de monitorar a projeção das planilhas (Datashow).

- ⇒ Os instrumentos de avaliação (formulários), previamente preenchidos pelos avaliadores, subsidiaram a deliberação coletiva da Reunião de Avaliação. Elaborou-se também uma **planilha** de Excel para sistematizar as informações do Formulário de Avaliação e agregar as notas atribuídas pelos diferentes avaliadores. Para facilitar a deliberação, a planilha contou com a inserção de fórmulas automáticas que forneceram, para cada item do formulário, a média das notas dos avaliadores em uma coluna à parte (a nota final a ser consensuada pela Comissão tendeu a ser atribuída com base nessa média). Essa inserção de fórmulas possibilitou maior agilidade ao debate sobre os itens avaliados.
- ⇒ As notas finais de cada projeto avaliado foram registradas em **ata**, sendo indicado nesse documento também as pontuações de cada critério de avaliação.
- ⇒ De acordo com as notas finais, foram definidos os projetos vencedores. Note-se que os resultados do processo seletivo foram divulgados logo em seguida a essa fase de avaliação.

Construção do Banco de Dados

- ⇒ Logo após as Reuniões de Avaliação, elaborou-se, como parte desta consultoria, um **sistema de acompanhamento** (banco de dados em Excel) do processo de seleção das propostas candidatas ao projeto Pensando a Segurança Pública.
- ⇒ O objetivo do banco de dados foi agregar, em um único documento, as principais informações referentes ao processo de avaliação e seleção de projetos, bem como a situação final de cada proposta candidata. Até a construção desse banco de dados, tais informações encontravam-se diluídas em documentos distintos e esparsos.

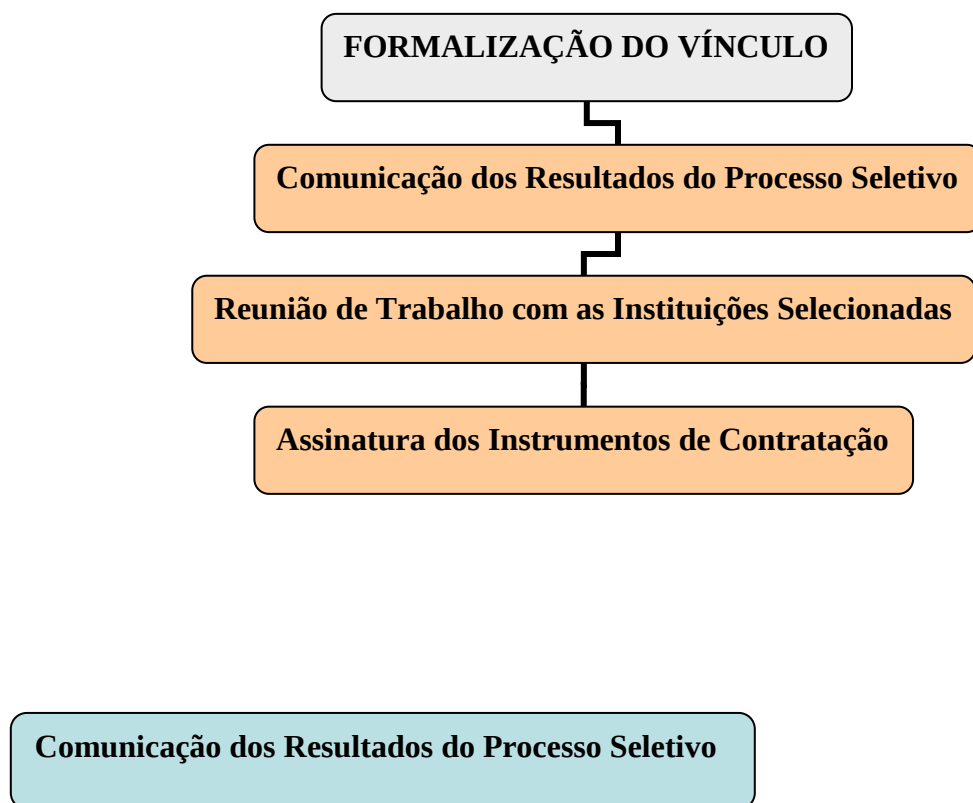
- ⇒ Essa base também auxiliou a elaboração de outros documentos do Pensando a Segurança Pública, como, por exemplo, a tabelas de finalistas (utilizada na divulgação do resultado final do processo seletivo).
- ⇒ A planilha de Excel foi elaborada de modo a comportar também a adição de informações sobre as novas etapas às colunas já existentes. Viria a incorporar, posteriormente, informações sobre os instrumentos de parceria, as parcelas de pagamento, os números de nota técnica, etc.

Publicação dos Resultados

- ⇒ Após a fase de avaliação propriamente dita, a direção do DEPAID solicitou a **publicação no site do Ministério da Justiça** da lista de equipes selecionadas no edital de pesquisas.
- ⇒ Para a publicação dos resultados no *site*, foi elaborada também uma carta de apresentação para introduzir a lista das instituições vencedoras. A carta tratou de esclarecer, ainda, os passos seguintes necessários para a formalização do vínculo, ressaltando que a assinatura das Cartas de Acordo poderia estar condicionada a adequações da proposta apresentada (visto que, em muitos casos, as bancas examinadoras propuseram ajustes nas pesquisas para melhor aproveitamento dentro do tema abordado).
- ⇒ A Publicação dos resultados ocorreu em 27/10/11, pela noite (pouco antes da data estipulada pelo Edital, 28/10/11).
- ⇒ Para acessar a publicação dos resultados, ver:
<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJBD7601A9ITEMIDB186FC9B16FD4A669F2F0428BC192C74PTBRIE.htm>
- ⇒ Com a publicação dos resultados, encerrava-se o processo de seleção dos projetos.

VI. FORMALIZAÇÃO DO VÍNCULO

Após a fase de avaliação, foi necessário dar início ao processo de formalização do vínculo (parceria) com as instituições selecionadas. Essa fase foi, portanto, uma ação preliminar que antecedeu e viabilizou o início das pesquisas. Englobou, entre outros, a comunicação dos resultados do processo seletivo, uma reunião presencial com os coordenadores dos estudos para esclarecer os termos e as condições do projeto Pensando a Segurança Pública e também o trâmite de assinaturas da Carta de Acordo (instrumento de parceria), conforme ilustra o diagrama abaixo.



⇒ Assim que realizada a divulgação pública dos resultados do processo seletivo (no *site* do Ministério da Justiça), a equipe gestora do Pensando a Segurança Pública entrou em contato com as equipes vencedoras. A finalidade dessa comunicação direta com os pesquisadores foi garantir que estes se informassem em tempo ágil do

resultado do processo seletivo para, assim, iniciarem de imediato o processo de formalização da parceria.

- ⇒ Essa comunicação direta ocorreu principalmente por meio de comunicados eletrônicos (um e-mail foi enviado para cada coordenador), em 31/10/11, e foi complementada, quando necessário, por contato telefônico.
- ⇒ As mensagens enviadas comunicaram o resultado final, parabenizaram a equipe pela seleção e também agendaram uma reunião presencial em Brasília (que foi então marcada para 10/11/11). Esclareceu-se que aquela reunião seria uma oportunidade para que fossem repassadas as principais informações sobre a assinatura da Carta de Acordo, além de discutidos os ajustes que as Comissões de Avaliação haviam sugerido aos projetos.
- ⇒ Após o recebimento do comunicado, os grupos de pesquisa selecionados confirmaram o recebimento do e-mail e indicaram os nomes de seus respectivos representantes para a reunião de Brasília. A partir daí, o DEPAID remeteu memorandos e termos de referência solicitando a emissão de passagens e diárias para participantes da reunião.

Reunião de Trabalho com as Instituições Selecionadas

- ⇒ A reunião de trabalho entre representantes do PNUD, do Ministério da Justiça e das equipes de pesquisa selecionadas para o projeto Pensando a Segurança Pública ocorreu em 10/11/11, em Brasília⁴.
- ⇒ Como mencionado anteriormente, o objetivo fundamental da reunião foi passar informações básicas aos representantes dos grupos selecionados sobre o encaminhamento da pesquisa e sobre a assinatura do instrumento da Carta de

⁴ Local da reunião: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - sala de Conferências.

Acordo. Esses esclarecimentos foram feitos por representantes tanto do PNUD quanto do Ministério da Justiça. A reunião foi crucial também para a realização de discussões sobre os ajustes a serem feitos nos projetos, com vistas à adequada execução da pesquisa (ajustes sugeridos pelos avaliadores dos projetos).

- ⇒ Representantes de todas as instituições estiveram presentes (a participação foi registrada em *lista de presença e ata*).
- ⇒ A reunião teve a duração de dois turnos, matutino e vespertino.
- ⇒ Na parte da manhã, a reunião contou com uma fala da diretora do DEPAID, Isabel Figueiredo, e com uma apresentação da representante do PNUD, Erica Massimo. Ambas as exposições buscaram fornecer informações gerais para a condução dos estudos, tais como a forma de trabalho, as implicações da parceria, as expectativas e tipos de produtos a serem entregues, a forma de prestação de contas, etc.
- ⇒ O turno da tarde, por sua vez, foi dedicado às *reuniões de alinhamento*. Nessas reuniões, representantes do DEPAID e das áreas técnicas colaboradoras do projeto Pensando a Segurança Pública debateram com os coordenadores dos estudos possíveis ajustes a serem contemplados pelas propostas, com vistas a uma maior adequação das pesquisas ao tema ou às diretrizes temáticas. Essas reuniões consistiram na formação de pequenos grupos de discussão, divididos de acordo com a área temática do projeto, com vistas à definição de ajustes metodológicos específicos para cada uma das propostas de pesquisa. Os ajustes acordados foram registrados em atas (uma ata para cada projeto de pesquisa), sendo detalhadas todas as alterações necessárias.
- ⇒ As atas das reuniões de alinhamento (**Atas de Alinhamento**) foram reproduzidas no **Anexo 1** deste relatório final.
- ⇒ Uma última atividade da reunião foi a exposição da consultora acadêmica Lucia Eilbaum, que buscou transmitir algumas orientações aos pesquisadores quanto à formulação do produto inicial. Sua apresentação abarcou uma descrição metodológica e acadêmica do que se esperava das pesquisas fomentadas, de acordo com suas diretrizes temáticas.

Assinatura dos Instrumentos de Contratação

- ⇒ O trâmite de documentos para a efetuação da assinatura das Cartas de Acordo (instrumento de parceria utilizado na edição de 2011 do Pensando a Segurança Pública) ocorreu logo após a reunião de trabalho presencial (descrita anteriormente), ou seja, a partir de 11/11/11.
- ⇒ Primeiramente, solicitou-se que as instituições preenchessem e assinassem um documento prévio chamado *Vendor*, fornecido pelo PNUD. Finalizado esse processo, a equipe da SENASP ficou encarregada de inserir os dados das instituições nas versões preliminares das Cartas de Acordo, conforme modelo básico também enviado pelo PNUD e com os dados então registrados no *Vendor*.
- ⇒ As Cartas de Acordo foram produzidas em três vias – uma para cada instituição (PNUD, SENASP e instituição executora da pesquisa). Os responsáveis pelas instituições de pesquisa foram os primeiros a assinar. Posteriormente, foram colhidas as assinaturas da SENASP (representada pelo então Chefe de Gabinete e Diretor Nacional do Projeto BRA/04/029, Agnaldo Augusto da Cruz) e, consecutivamente, as assinaturas do PNUD (assinatura do Representante Residente, Jorge Chediek). A sistematização das etapas que envolvem esse trâmite é apresentada no Quadro a seguir.

Principais etapas do trâmite de assinatura das Cartas de Acordo

Preenchimento e assinatura do documento *Vendor* pelas instituições selecionadas (fornecido pelo PNUD)



MJ envia solicitação ao PNUD para aprovação do *Vendor*. O PNUD deve aprovar (prazo em torno de 5 dias úteis para aprovação)



Redação das *Cartas de Acordo* com os dados das instituições (modelo básico enviado pelo PNUD; SENASP faz o preenchimento das partes indicadas pelo PNUD). Dados são obtidos pelas informações contidas no *Vendor*



Cartas de Acordo são enviadas por e-mail para os coordenadores. Os responsáveis pelas instituições de pesquisa (reitor ou outro responsável) devem assinar três vias da *Carta de Acordo*



As três vias da *Carta de Acordo* assinadas pelas instituições devem ser remetidas por Correio à SENASP. São, então, colhidas as assinaturas do responsável pelo projeto Pensando a Segurança Pública (em 2011, foi o Diretor Nacional do Projeto BRA/04/029)



As três vias da *Carta de Acordo* são, então, encaminhadas ao PNUD. Seu Representante Residente as assina. O PNUD remete por Correio, em seguida, uma via assinada para as instituições de pesquisa e outra via assinada para a SENASP, arquivando consigo a outra via restante

⇒ A tabela a seguir, por sua vez, foi produzida pelo PNUD a partir dos dados que foram registrados em seu sistema. As informações sobre os estudos indicadas englobam, entre outros: nome e CNPJ das instituições, projeto de que são parte (BRA/04/029), número das POs (*purchase orders*), número do sistema Atlas, número do documento *Vendor* de cada grupo de pesquisa e os valores orçamentários previstos (em moeda local e em dólares americanos).

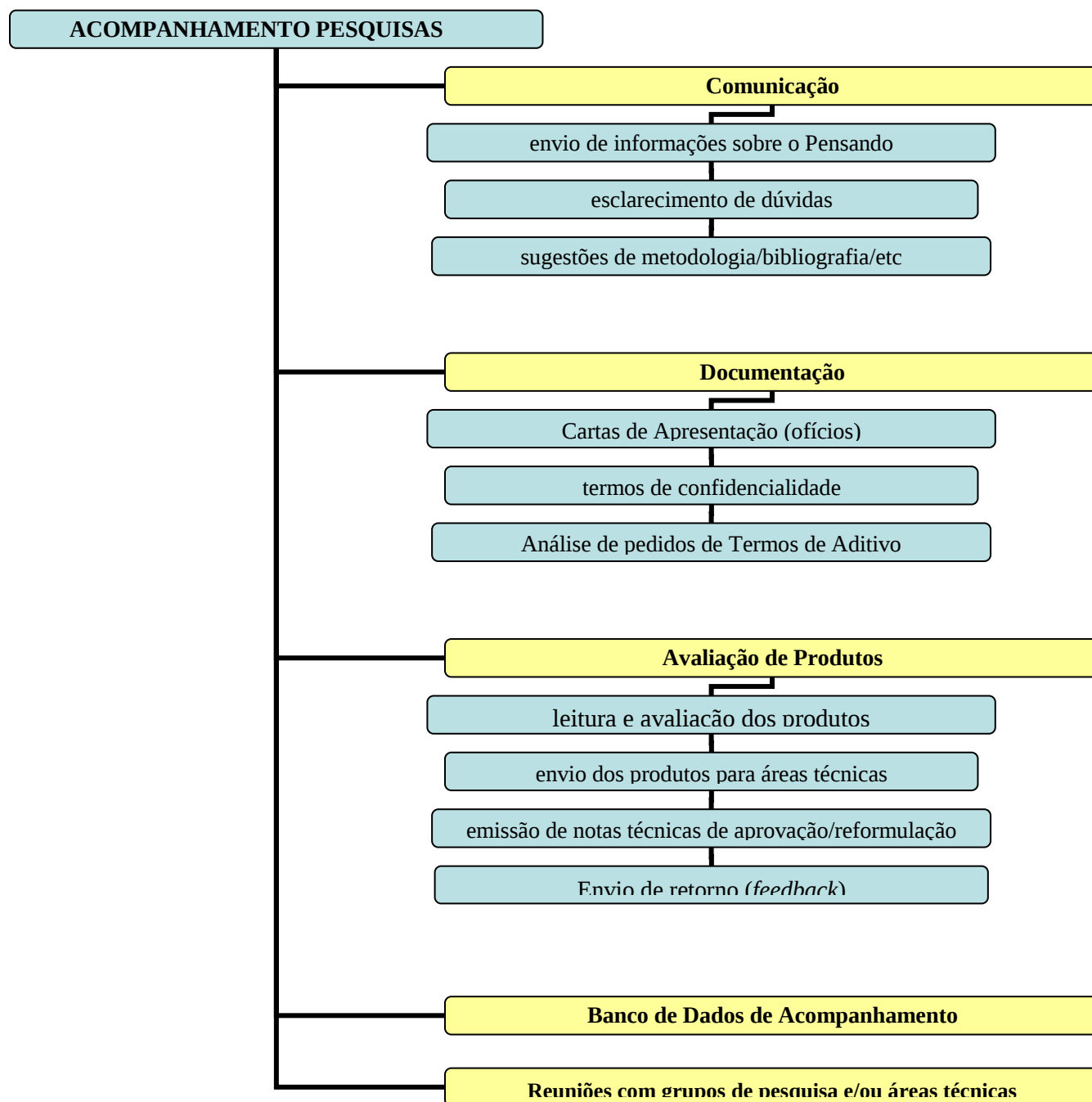
Registros de POs (*Purchase Orders*) junto ao sistema do PNUD⁵

PO 2011	Nr. Atlas	Projeto	Requisição	Conta Cont	ID Vendedor	CNPJ	Instituição	Vr.Compromisso BRL	Taxa	Vr.Compromisso USD
16430	38671	BRA/04/029	14685	72125	92766	03.483.568/00001-07	Instituto Sou da Paz	99.784,00	1,71	58.353,22
16431	38671	BRA/04/029	14684	72125	2695	01.971.267/0001-99	Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia - FIDESA	99.366,00	1,71	58.108,77
16432	38671	BRA/04/029	14682	72125	1985	33.641.663/0001-44	Fundação Getulio Vargas	100.000,00	1,71	58.479,53
16433	38671	BRA/04/029	14680	72125	5050	04.853.455/0001-00	Fundação Guimaraes Rosa	84.900,00	1,71	49.649,12
16434	38671	BRA/04/029	14675	72125	1682	05.572.870/0001-59	Fundação Ampraro e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP	98.519,52	1,71	57.613,75
16435	38671	BRA/04/029	14673	72125	1652	18.720.938/0001-41	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	99.600,00	1,71	58.245,61
16436	38671	BRA/04/029	14681	72125	5259	13.031.547/0001-04	Fundação Universidade Federal de Sergipe	81.880,00	1,71	47.883,04
16437	38671	BRA/04/029	146683	72125	92767	09.993.940/0001-01	Associação Caruaruense de Ensino Superior	100.000,00	1,71	58.479,53
16438	38671	BRA/04/029	14679	72125	83706	03.225.652/0001-12	Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero	91.200,00	1,71	53.333,33
16439	38671	BRA/04/029	14678	72125	92729	88.630.413/0001-09	Pontifica Universidade Catolica do Rio Grande do Sul - PUCRS	100.000,00	1,71	58.479,53
16440	38671	BRA/04/029	14672	72125	54625	42.429.480/0001-50	Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB	100.000,00	1,71	58.479,53
16441	38671	BRA/04/029	14689	72125	69014	72.060.999/0001-75	Fundação Coordenação de Projetos Pesquisas e	100.000,00	1,71	58.479,53

⁵ Dados fornecidos pelo PNUD à equipe do DEPAID, em 1º de dezembro de 2011.

							Estudos Tecnológicos - COPPETEC			
16442	38671	BRA/04/029	14690	72125	92801	09.583.515/0001-36	Instituto DH - Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania	100.000,00	1,71	58.479,53
16443	38671	BRA/04/029	14688	72125	54664	74.704.008/0001-75	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS	100.000,00	1,71	58.479,53
16444	38671	BRA/04/029	14699	72125	92802	40.181.307/0001-50	Associação Cultural Pesquisa Noel Rosa	99.777,78	1,71	58.349,58
16445	38671	BRA/04/029	14674	72125	7158	22.675.359/0001-00	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	96.000,00	1,71	56.140,35
16446	38671	BRA/04/029	14671	72125	1960	83.476.911/0001-17	FAPEU-Fundação de amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	89.497,00	1,71	52.337,43

VII. ACOMPANHAMENTO DAS PESQUISAS



- ⇒ Na edição de 2011 do Pensando a Segurança Pública, alguns exemplos de **apoio** fornecido pelo DEPAID no acompanhamento das pesquisas incluíram: sugestões metodológicas aos projetos; sugestões sobre possibilidades de análise e/ou aportes bibliográficos; comunicação constante com os coordenadores dos estudos para auxiliá-los em eventuais dúvidas; auxílio quanto à inserção em campo (emissão de Cartas de Apresentação, Termos de Confidencialidade, etc.); avaliação dos produtos das equipes de pesquisa e retorno sobre os mesmos (*feedback*); elaboração de notas técnicas de aprovação/reformulação; apreciação dos pedidos de Termos de Aditivo às Cartas de Acordo, etc.
- ⇒ Destaca-se também, nesse acompanhamento dos estudos, a função assumida pelo DEPAID de **mediar** as demandas dos projetos de pesquisa e os encaminhamentos da coordenação do Segurança Cidadã.
- ⇒ Salienta-se que a constante **comunicação** com as equipes (por telefone, correio eletrônico, reuniões presenciais, cartas, ofícios, notas técnicas, etc.) foi um ponto crucial para esse acompanhamento, possibilitando que fossem monitorados os principais passos realizados pelas equipes e auxiliando-as no que fosse viável e/ou adequado. Além da ação de monitorar os estudos, essa constante comunicação favoreceu o bom planejamento das atividades futuras do Pensando a Segurança Pública e a adequada orientação sobre a elaboração dos produtos a serem entregues pelas instituições.
- ⇒ Relativamente freqüente foi a solicitação, por parte das equipes, de **cartas de apresentação** emitidas pelo DEPAID. Essas cartas buscavam auxiliar o trabalho de pesquisa de campo, comunicando às instituições pesquisadas a vigência e os objetivos do projeto Pensando a Segurança Pública e também confirmando a participação do grupo e de seu coordenador no âmbito desse projeto. As várias cartas de apresentação emitidas foram fundamentais para auxiliar determinadas instituições na obtenção de dados e informações essenciais aos seus estudos. Em adição, foram emitidos também **termos de confidencialidade**, pelos quais os pesquisadores se comprometiam a não divulgar ou utilizar os dados obtidos fora do âmbito do Pensando a Segurança Pública.
- ⇒ Por vezes, as instituições de pesquisa solicitaram (por ofício) também a inclusão de **termos aditivos às Cartas de Acordo**, visando a previsão de novos prazos para a

vigência da parceria ou a possibilidade de realocação de recursos dentro do orçamento aprovado para o estudo. A partir desses ofícios enviados pelas instituições, o DEPAID apreciou a questão (isto é, considerou se, *para os fins de pesquisa*, a solicitação feita pela instituição seria adequada e viável). Caso a proposta de alteração fosse aprovada, uma nota técnica deveria ser remetida ao Segurança Cidadã, instância incumbida de fazer outra apreciação do pedido e elaborar o *termo aditivo* à Carta de Acordo.

- ⇒ Elaborou-se também um **banco de dados de acompanhamento**, concebido de forma a fornecer os principais dados de todas as fases de pesquisa, para todos os estudos participantes. Englobou informações sobre a identificação dos projetos de pesquisa, um resumo sobre o objeto e metodologia utilizada, informações sobre a participação de pesquisadores em reuniões, o *status* quanto às avaliações, a data dos pagamentos, etc.
- ⇒ Quanto à participação das **áreas técnicas** na apreciação dos produtos, salienta-se que tais profissionais foram convidados a apreciar os produtos da área temática de seu campo de atuação profissional (por meio do auxílio de um instrumento de avaliação).

Pensando a Segurança Pública - Descrição dos produtos de pesquisa

Os produtos consistiram em:

1. **Produto inicial** – Relatório inicial da pesquisa contendo o projeto de pesquisa consolidado (objeto, objetivos, atividades, fases, metodologia, resultados esperados), o andamento do primeiro mês da pesquisa e o planejamento para os próximos cinco meses de trabalho, contemplando eventuais ajustes pactuados entre a instituição selecionada, a SENASP e o PNUD.
2. **Produto parcial** – Relatório parcial da pesquisa contendo a descrição das informações sobre o andamento e a execução da mesma durante os quatro meses de trabalho, seus primeiros resultados e eventuais dificuldades.
3. **Produto final** – Relatório final da pesquisa, contendo a descrição detalhada das informações e dos resultados da pesquisa segundo previsto no projeto apresentado, e

Relatório resumido da pesquisa, em formato a ser definido pela SENASP, com vistas a publicação e divulgação dos resultados da pesquisa.

Fonte: Edital de convocação do projeto Pensando a Segurança Pública (Convocação nº 001/2011 – Seleção de Projetos).

Acompanhamento da elaboração e entrega dos produtos

Produto Inicial

- Acordou-se que esse primeiro produto deveria apresentar, como ponto principal, o projeto de pesquisa reformulado, contemplando:
 - 1) **ajustes** indicados nas **reuniões de alinhamento** (vide Anexo 1, Atas de Alinhamento);
 - 2) **relatório do primeiro mês** de andamento da pesquisa; e
 - 3) **plano de trabalho** para os meses subsequentes.
- Solicitou-se que as equipes de pesquisa primeiramente enviassem o produto inicial em formato digital, por meio de correio eletrônico. Após a aprovação do produto (conferência dos itens solicitados, análise, avaliação e eventuais pedidos de revisão do documento), as equipes deveriam reenviar o material, dessa vez em formato impresso, por meio de serviço postal.
- Como previsto, os produtos (formato digital) começaram a chegar, via *e-mail*, em 13/01/12.
- Os produtos entregues pelas equipes de pesquisa foram analisados pelo DEPAID e pela consultora acadêmica do projeto.
- Após aprovados, os produtos iniciais em formato impresso começaram a ser remetidos por correio (SEDEX) em torno do dia 31/01/12. O envelope deveria conter os seguintes itens: a) uma via do produto inicial impressa, com todas as folhas assinadas pelo(a) coordenador(a); e b) uma via do produto inicial em

formato digital (arquivo em CD ou DVD). Os produtos foram, em seguida, enviados do DEPAID à coordenação do Projeto Segurança Cidadã (BRA/04/029).

- Por fim, foram solicitadas as ordens de pagamento às instituições de pesquisa junto à coordenação do Projeto Segurança Cidadã. Em conformidade com o cronograma, o 2º pagamento (referente ao produto inicial) ocorreu a partir de 14/02/12.

Produto Parcial

- O Produto Parcial, por seu turno, deveria apresentar:
 - 1) **relatório parcial** da pesquisa informando sobre o andamento e a execução da mesma durante os quatro meses de trabalho;
 - 2) **resultados preliminares**;
 - 3) eventuais **dificuldades**.
- Como no primeiro produto, solicitou-se que as equipes de pesquisa primeiramente enviassem o produto parcial em formato digital, por meio de correio eletrônico. Após avaliados e aprovados, as equipes deveriam reenviar o material, dessa vez em formato impresso, por meio de serviço postal.
- Como previsto, os produtos (em formato digital) começaram a chegar, via *e-mail*, em 13/04/12, conforme segue na tabela abaixo:

Entrega Produto Parcial (1ª versão)

Área	Instituição	Data de envio do produto	Forma de envio	Enviado por (remetente)
B1	FIDESA	13/04/12	e-mail	Lívia Góes liviagoes@fidesa.org.br
A6	FAURGS	14/04/12	e-mail	José Vicente Tavares dos Santos josevtavares@gmail.com
B1	UFPA/FADESP	15/04/12	e-mail	Veronica Couto Abreu veronica.couto@hotmail.com

B5	FUJB/UFRJ	16/04/12	e-mail	Michel Misse michelmisse@gmail.com
A2	UFSC/FAPEU	16/04/12	e-mail	Erni Seibel seibel@cfh.ufsc.br
B6	Associação Noel Rosa/UERJ	16/04/12	e-mail	Doriam Borges doriamb@gmail.com
B3	DireitoGV	16/04/12	e-mail	Carolina Cutrupi carolinacutrupi@gmail.com
B7	PUC-RS	16/04/12	e-mail	Rodrigo G. de Azevedo rga_2006@hotmail.com
B2	Instituto Sou da Paz	16/04/12	e-mail	Carolina Ricardo carolina@soudapaz.org
B5	Anis	16/04/12	e-mail	Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero anis@anis.org.br (Fabiana Paranhos)
A3	FUNDEP/CRISP	16/04/12	e-mail	frederico couto marinho fcfrederico9@gmail.com
A4	Fundação Guimarães Rosa/UERJ	16/04/12	e-mail	Ignacio Cano ignaciocano62@gmail.com
B3	ASCES	16/04/12	e-mail	Ademario Tavares ademabarca@yahoo.com
B1	Instituto DH	16/04/12	e-mail	Instituto DH pesquisaidh2012@gmail.com (Carolyn Reis Barros)
A1	COPPETEC/UFRJ	16/04/12	e-mail	pesquisa mj ufrj ufrjpesquisamj@gmail.com (Miriam Guindani)
B5	UFS	14/04/12 (data de postagem)	Correio	RENAESP/UFS/Sergipe

- Os produtos entregues pelas equipes de pesquisa foram analisados pelo DEPAID, pela consultora acadêmica do projeto e também por integrantes das áreas técnicas colaboradoras do Pensando a Segurança Pública.
- De acordo com a avaliação inicial, alguns produtos precisaram ser reformulados. Foram três os principais problemas encontrados nesses projetos encaminhados para reformulação: 1) ausência (ou insuficiência) de apresentação dos resultados parciais; 2) discussão pouco aprofundada e/ou inadequada; e 3) apresentação pouco articulada e/ou sistematizada dos dados.

- Após aprovação do produto, solicitou-se às equipes o envio dos produtos parciais (em formato impresso) por correio (SEDEX). O envelope remetido deveria conter os seguintes itens: a) uma via do produto parcial impressa, com todas as folhas assinadas pelo(a) coordenador(a); e b) uma via do produto inicial em formato digital (arquivo em CD ou DVD). A seguir, os produtos foram enviados do DEPAID à coordenação do Projeto Segurança Cidadã (BRA/04/029). Finalmente, foram solicitadas as ordens de pagamento às instituições de pesquisa junto à coordenação do Projeto Segurança Cidadã.
- Também com base nas notas técnicas de reformulação e/ou aprovação, o DEPAID teceu considerações sobre cada um dos produtos enviados, fornecendo um **retorno (feedback)** às equipes de pesquisa. Com esse retorno, objetivava-se esclarecer aos pesquisadores os aspectos positivos e negativos dos estudos, além de orientar possíveis mudanças a serem futuramente implementadas para melhor aproveitamento das pesquisas.

Produto Final

- O Produto final deveria apresentar:
 - 1) um **relatório final**
 - 2) um **texto para publicação**.
- Com relação às orientações sobre o **relatório final**, foi enviado um documento sugerindo uma estrutura básica de relatório, com a finalidade de facilitar a escrita e garantir que os pontos mais relevantes fossem incorporados ao documento.
- Com relação ao **texto para publicação**, também foi feita uma série de orientações. Sugeriu-se que ele contemplasse entre 50 e 100 páginas (essa quantidade de páginas foi pensada justamente para responder ao formato de um volume ou livreto por pesquisa). Esclareceu-se também que esse texto para publicação poderia seguir a mesma estrutura do relatório final, desde que

respeitadas as devidas adaptações de estilo. Mencionou-se também a necessidade de inclusão de resumo/*abstract*, bem como a importância do cuidado com a formatação e com a adequação do texto a diferentes públicos, além da ênfase aos aspectos éticos de pesquisa e de proteção ao trabalho intelectual. Ademais, foi enfatizada também a preferência do DEPAID por uma apresentação analítica (mais do que descritiva) dos resultados e também a preferência por um relato integrado, conexo e fundamentado das conclusões.

- Como o Pensando a Segurança Pública teve seu prazo de encerramento estendido, por meio da assinatura de **termos aditivos de prazo** às Cartas de Acordo, o novo cronograma de envio do relatório final passou de 11 de junho para 11 de julho de 2012.
- Esse aumento de prazo ocorreu após solicitação de várias instituições de pesquisa, formalmente (via ofício) ou informalmente (via telefone e e-mail). Alguns dos argumentos apresentados por essas instituições para a extensão do prazo de entrega englobaram: a situação de greve nas universidades públicas, imprevistos no trabalho de campo, a demanda de tempo que envolve a redação de um texto para publicação e a necessidade de maior intervalo entre o recebimento da última parcela do financiamento e a sua execução de gastos.

VIII. PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- ⇒ O projeto Pensando a Segurança Pública contou com o financiamento de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada pesquisa selecionada.
- ⇒ Os orçamentos aprovados nas Cartas de Acordo podem ser visualizados pela tabela seguinte, elaborada pelo PNUD.

Instituição	Valor em BRL (R\$)
Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero	91.200,00
Associação Caruaruense de Ensino Superior	100.000,00
Associação Cultural Pesquisa Noel Rosa	99.777,78
FAPEU - Fundação de amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	89.497,00
Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP	98.519,52
Fundação Coordenação de Projetos Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC	100.000,00
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS	100.000,00
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	99.600,00
Fundação Getulio Vargas	100.000,00
Fundação Guimarães Rosa	84.900,00
Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia - FIDESA	99.366,00
Fundação Universidade Federal de Sergipe	81.880,00
Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB	100.000,00
Instituto DH - Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania	100.000,00
Instituto Sou da Paz	99.784,00
Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	100.000,00
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	96.000,00

- ⇒ Previu-se que tal financiamento ocorresse por meio do pagamento de **quatro parcelas** (com valor percentual especificado no edital de seleção e convocação).

- A **1ª parcela** correspondeu a 15% do valor aprovado, tendo sido efetuada no momento de assinatura da Carta Acordo (em torno de 14/12/11).
- A **2ª parcela**, também no valor de 15% do valor aprovado, foi realizada logo após a entrega e aprovação do produto inicial (em torno de 14/02/12).
- A **3ª parcela**, por sua vez, contou com uma proporção maior do financiamento, 35% do valor aprovado, tendo sido efetuada logo após entrega e aprovação do produto parcial (a partir de 14/05/12).
- Por fim, a **4ª parcela**, também no valor de 35% do valor aprovado, ficou prevista para ser executada após a entrega e aprovação do produto final (a partir de 13/08/12).

⇒ A tabela a seguir apresenta de forma sistemática essa distribuição de recursos pelas parcelas de financiamento:

Parcelas do financiamento e respectivos valores

Tipo de Atividade	Valor ⁶
1º pagamento (assinatura da Carta de Acordo)	15%
2º Pagamento (Pagamento produto inicial)	15%
3º Pagamento (Pagamento produto parcial)	35%
4º Pagamento (Pagamento produto final)	35%
Total	100%

⇒ Algumas instituições queixaram-se informalmente ao DEPAID quanto a essa distribuição de repasses financeiros, afirmando que é justamente no início das atividades que ocorrem os maiores gastos (trabalho de campo, diárias e passagens, impressão de instrumentos de pesquisa, etc.). É recomendável que futuras edições do Pensando a Segurança Pública venham a apresentar outro programa de desembolso,

⁶ Parcela correspondente ao pagamento (porcentagem com relação ao valor total do financiamento de pesquisa). O valor total de orçamento varia entre as pesquisas, chegando ao total máximo de R\$ 100.000,00. O orçamento consta do documento da Carta de Acordo.

possibilitando que valores relativamente mais altos sejam repassados nas parcelas iniciais.

- ⇒ Os pagamentos foram realizados pela coordenação do projeto Segurança Cidadã, após nota técnica de aprovação do produto emitida pelo DEPAID.
- ⇒ O cronograma que envolveu a entrega e o pagamento do produto final foi modificado por meio da assinatura de **termos aditivos (de prazo)** às Cartas de Acordo. Essas modificações de cronograma podem ser resumidas pela tabela a seguir:

Modificação de Cronograma – Termo Aditivo (de prazo) à Carta de Acordo

Descrição	Data prevista para entrega do produto	Nova data
Produto final – Relatório final da pesquisa, contendo a descrição detalhada das informações e dos resultados da pesquisa segundo previsto no projeto apresentado, e texto com vistas à publicação e divulgação dos resultados da pesquisa.	11/06/2012	11/07/2012
Pagamento para os produtos aprovados	25/06/2012	13/08/2012
Data de finalização da Carta de Acordo	28/06/2012	05/10/2012

- ⇒ Dessa forma, o cronograma geral de financiamento das pesquisas do Pensando a Segurança Pública (edição 2011) conformou, após as últimas alterações, o seguinte calendário:

Calendário de Financiamento (Parcelas de Pagamento)

1º pagamento (assinatura da Carta de Acordo)	14 de dezembro de 2011
Entrega do produto inicial	14 de janeiro de 2012
2º Pagamento (Pagamento produto inicial)	14 de fevereiro de 2012
Entrega do produto parcial	14 de abril de 2012
3º Pagamento (Pagamento produto parcial)	14 de maio de 2012
Entrega do produto final (+ Relatório Financeiro)	11 de julho de 2012
4º Pagamento (Pagamento produto final)	13 de agosto de 2012
Data de finalização da Carta de Acordo	05 de outubro de 2012

- ⇒ As instituições de pesquisa ficaram encarregadas de prestar contas dos gastos ao final da execução do projeto, assumindo a responsabilidade pela destinação dos recursos repassados e também comprometendo-se a observar e respeitar eventuais impedimentos e vedações legais.
- ⇒ Embora a **prestação de contas** tenha sido agendada somente para o final das pesquisas, por meio de um **relatório financeiro** que contemplasse também todos os comprovantes relevantes, instruções sobre como deveria ser feita essa prestação foram fornecidas logo no início das atividades (na **reunião presencial** que antecedeu o trâmite de assinaturas do instrumento de parceria, no dia 10/11/11, em Brasília).
- ⇒ As principais informações sobre a prestação de contas foram repassadas especialmente por meio de um guia denominado **Informações gerais sobre a prestação de contas**, elaborado pelo PNUD. Esse guia foi enviado para as equipes de pesquisa logo no início dos estudos, a fim de garantir que todos estivessem, antes mesmo do início das atividades, cientes do procedimento de prestação de contas, dos tipos de documentos que deveriam ser guardados, dos passos envolvidos na compra de materiais ou pagamentos de serviços, dos dados apresentados nas especificações dos gastos, e tantos outros itens que envolvem a execução do orçamento.
- ⇒ O envio da **prestação de contas** contou com o **prazo de até 60 dias** após a data de encerramento da vigência da Carta de Acordo (note-se que esse encerramento ficou alterado para 05/10/12).

Principais informações do guia de prestação de contas (elaborado pelo PNUD)

- O **relatório financeiro** e **todos os comprovantes de despesa**⁷ devem ser assinados:
 1. pelo responsável pela instituição (que assinou a Carta de Acordo) **ou**
 2. pelo ordenador financeiro da instituição (que será o responsável pela execução financeira do projeto) **ou**
 3. pelo coordenador da pesquisa (neste caso, é necessário que a instituição emita uma declaração confirmando que reconhece o coordenador também como responsável pela execução financeira do projeto).

⁷ Os comprovantes de despesa englobam tanto notas fiscais de pessoa jurídica quanto notas fiscais de pessoa física.

Os **originais** dos comprovantes de despesa devem ser **atestados** pelo responsável pela instituição (ou ordenador financeiro ou coordenador) e **mantidos arquivados** pela organização executora⁸ por, pelo menos, **05 (cinco) anos**. As **cópias** também deverão ser **atestadas e enviadas para o Ministério da Justiça**. O PNUD não precisa guardar essa documentação.

➤ **Todos os gastos devem especificar:**

- data e valor da despesa;
- sua finalidade;
- tipo de comprovante (no caso de nota fiscal, verificar a data de validade de sua emissão e se a nota foi emitida no prazo de vigência do contrato).

➤ **Nota fiscal de pessoa jurídica:**

- Deve conter o nome do fornecedor ou prestador de serviço com seu CNPJ (pessoa jurídica). Todos os documentos comprobatórios de despesa devem ser assinados pelos fornecedores ou prestadores de serviço;
- na nota fiscal deve haver a indicação de quitada pela empresa, com carimbo de “recebemos” ou “pago”, datada e assinada
- a nota deve ser assinada também pelo responsável da instituição (ou ordenador financeiro ou coordenador)

➤ **Nota fiscal de pessoa física:**

- em nome da organização;
- com a descrição dos serviços prestados e o período em que foram realizados;
- com o nome do prestador de serviço e seu nº de CPF, RG (carteira de identidade) especificando o órgão emissor e o estado da Federação;
- assinada pela pessoa que prestou o serviço.
- assinada também pelo responsável da instituição (ou ordenador financeiro ou coordenador)

➤ **Aquisição de bens e equipamentos:**

- Para toda **aquisição de bens e equipamentos é obrigatório o levantamento de preços junto a três fornecedores** e os documentos devem ser anexados juntamente com o relatório de prestação de contas preenchido.
- No caso de haver apenas um ou dois fornecedores na região, anexar carta justificando a impossibilidade do cumprimento dessa exigência e a

⁸ A organização executora é a universidade, a fundação ou a ONG dos pesquisadores. Portanto, é a organização executora que arquiva os originais e envia as cópias para o MJ.

declaração da prefeitura de que não há três fornecedores no município.

A **cópia da documentação de levantamentos de preços** deve ser **atestada e enviada para o Ministério da Justiça**. A documentação original deve ser mantida por, pelo menos, 05 (cinco) anos pela instituição executora.

➤ **Encontros, reuniões, oficinas, seminários:**

- No caso de **encontros, reuniões, oficinas, seminários etc.**, apresentar atas e documentos de encaminhamentos devidamente datados, com menção dos temas discutidos e nome dos participantes, de forma a comprovar a sua realização.

➤ **Saldo orçamentário:**

- No caso de haver saldo da carta acordo, antes do encerramento do instrumento a SENASP deverá emitir boleto bancário, gerado pela Extranet do PNUD, para que o saldo seja devolvido ao PNUD no prazo estipulado no instrumento.

➤ **O relatório financeiro** que deverá ser apresentado como prestação de contas deve conter:

1. a especificação dos recursos recebidos, os gastos realizados no período e as cópias dos documentos que os comprovem – notas fiscais e recibos;
2. relação de bens adquiridos e produzidos;
3. Deverá ser utilizada tabela semelhante à tabela a seguir, relacionando os documentos por data de emissão:

➤ Proibido o pagamento de serviços prestados por servidores públicos.

➤ O total de recursos gastos com contas de telefone ou outras consideradas atividade-meio não pode ultrapassar 10% do valor da carta acordo.

➤ Gastos só podem ser iniciados após o recebimento do recurso.

IX. PUBLICAÇÃO DOS ESTUDOS

- ⇒ O projeto Pensando a Segurança Pública (edição 2011) contemplou, como parte de suas ações, a intenção de que fossem publicados os estudos financiados.
- ⇒ **O objetivo da publicação** está principalmente em garantir que os estudos financiados pudessem ser **amplamente divulgados**, de modo a contribuir para o fortalecimento do conhecimento empírico em segurança pública e justiça criminal e também para a democratização do acesso aos dados produzidos.
- ⇒ A expectativa inicial era de que todas as pesquisas participantes fossem publicadas.
- ⇒ Solicitou-se o envio do **Texto para Publicação** como parte do **Produto Final** (esse texto deveria ser enviado pelas instituições juntamente com o Relatório Final da pesquisa).
- ⇒ Algumas recomendações foram feitas para os pesquisadores na elaboração do **Texto para Publicação**:
 - Solicitou-se que o texto tivesse **entre 50 e 100 páginas**.
 - O formato do texto de publicação deveria respeitar as **adaptações de estilo** necessárias (Ex: substituição de frases como “este relatório dedica-se a...” por frases como “esta pesquisa dedica-se a...”).
 - O texto deveria conter **resumo/abstract** (que viesse a subsidiar a apresentação da publicação).
 - Solicitou-se especial cuidado com **formatação**. Ex: tabelas adequadamente formatadas (título, fonte, datas, padronização de caracteres, etc.) – o mesmo valendo para ilustrações, quadros ou outros itens incluídos.
 - O texto deveria **levar em consideração os diferentes públicos** (linguagem relativamente acessível, descrição de estratégias metodológicas para “leigos”, utilização de siglas desde que citadas por extenso em momento anterior, etc.).
 - A apresentação de resultados e conclusões deveria ser feita de **forma analítica** (mais do que descritiva). Isto é, integrar as informações produzidas por meio de diferentes atividades de pesquisa (entrevistas, grupos focais, etc.) em uma **apresentação sistematizada** das mesmas. Dever-se-ia evitar: **apresentação isolada de informações por atividade** e a **reprodução extensa** das entrevistas (ou do discurso legislativo e/ou documental analisado). Esperava-se, portanto, que os dados empíricos fossem apresentados de forma a demonstrar e

fundamentar os resultados e conclusões afirmados (seja através de trechos de entrevistas, ou de relatos de grupos focais, de exemplos de legislações, etc.).

- No caso de análises comparativas, esperava-se a apresentação integrada e relacionada dos dados construídos.
- No caso das citações de trechos de entrevistas e da identificação dos seus sujeitos, o texto deveria atentar, como em toda pesquisa, para o **respeito aos aspectos éticos que envolvem os interlocutores que cederam informações** (divulgação das informações com consentimento, anonimato, etc.).
- Por fim, o texto deveria respeitar também os aspectos de **proteção ao trabalho intelectual** (devida citação dos participantes da pesquisa/ autoria de texto; inserção completa dos dados e referências quando de citações a trabalhos de outros pesquisadores; citação de fontes, etc.).

⇒ Adotou-se a opção publicar um volume por estudo (na forma de livro ou livreto). De acordo com esse formato, os estudos poderiam contar com uma maior quantidade de páginas e tenderiam a receber maior destaque. Os vários volumes publicados, por sua vez, foram pensados de modo a compor uma **série ou linha editorial**, a exemplo do que vem ocorrendo com o projeto Pensando o Direito (da SAL), que tem apresentado uma publicação por pesquisa como parte da *Série Pensando o Direito*.

⇒ Como a publicação ficou agendada para momento posterior à conclusão desta consultoria, maiores informações sobre o processo de publicação não poderão constar deste relatório final.

⇒ O mesmo vale para o evento de divulgação das pesquisas, a ocorrer, provavelmente, quando do lançamento das publicações do Pensando a Segurança Pública.

ANEXO 1

Atas de Alinhamento

(atas das reuniões individuais de alinhamento para ajustes nos projetos – reunião de 10/11/11)


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD
PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)
Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela FUNDEP (coordenado por Cláudio C. Beato Filho) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. A ampliação das diferentes modalidades de tráfico de pessoas, para a identificação de ações dos dados secundários. A instituição tem a preocupação de não replicar o estigma de que o tráfico de pessoas ocorre somente em grupos vulneráveis.
2. A instituição selecionada compromete-se a entrar em contato com a área demandante para buscar informações sobre o recorte da pesquisa para que atenda aos interesses da SENASP.
3. A instituição selecionada compromete-se a justificar de forma detalhada o recorte geográfico da pesquisa, quais e o motivo de não ocorrer os lugares de fronteira.
4. A instituição compromete-se a identificar e mapear as principais rotas de tráfico de pessoas a partir do Brasil e a identificar unidades compromete-se também a explicar os fenômenos que conduzem a esses crimes.




PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. A instituição compromete-se a fazer a parte de diagnósticos contemplada nos itens 1 a 4 do item 1.3. A data 1.3 não será necessariamente contemplada devido ao comprometimento principal para a realização da pesquisa.

6. A instituição compromete-se a detalhar melhor a parte metodológica, apontando se as diferentes modalidades de tráfico a serem estudadas comprometem-se também a inserir no projeto os principais atores a serem entrevistados, redes de entidades e questionários (se for o caso).

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


Frederico Couto Marinho
Representante da equipe de pesquisa


Cecília Escobar (CGPES)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – FUNDEP



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), coordenado por Maria da Luz Alves Ferreira, foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. ENTULHAR O TIPO DE DADOS A SEREM LEVANTADOS
E ANALISADOS NAS POLÍCIAS E O PREÇO DAS
ARMAS.
2. EXPLICITAR OS MECANISMOS DE SELEÇÃO DE PESSOAS
PARA QUÊS DEBATE E ENTREVISTAS E AMPLIAR O
PERÍODO PARA JOVENS "NAO INSTITUCIONALIZADOS".
3. APRESENTAR ESTATUTO DE GRUPOS FOCAIS E ENTREVISTAS.
4. EXPLICITAR O MECANISMO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
DA EQUIPE DE PESQUISA. APRESENTAR A EQUIPE
CONSIDERADA.



Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAZ E JUSTIÇA E PAZ SEM FOME

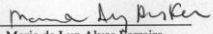


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


 Maria da Luz Alves Ferreira
 Representante da equipe de pesquisa


 Lucia Eilbaum (CGPES)

Brasília, 10 de 11 de 2011.



Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAZ E JUSTIÇA E PAZ SEM FOME

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – UNIMONTES


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD
PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)
Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados
Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Fundação Guimarães Rosa/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (coordenado por Ignacio Cano) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Inclusão de acordos e tratados internacionais,
que também como base os direitos do lei;
2. Especificar a metodologia para a consen-
sa do material legal;
3. modificação do argumento, contemplan-
do a posição do contraponto do servidor;
4. complementar a bibliografia

 
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. dar foco no projeto a pontos do vo-
luntariado profissional

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


Thais Duarte
Representante da equipe de pesquisa


Regina Futino (SENASP)

Brasília, 10 de NOV. de 2011.

 
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – Fundação Guimarães Rosa



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD
PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)
Editais de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados
Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Associação Caruaruense de Ensino Superior (coordenado por Ademário Andrade Tavares) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender as orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. AJUSTAR OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS ÀS ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS CONSTANTES.
2. EXPLICITAR AS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS, EM ESPECIAL O TRABALHO COM OS DADOS DE FUNDAMENTO LOCAL E TRANSFERIR, EM DESEMPENHO, A PESQUISA NO TERMO DO PROJETO QUE NÃO SEJA UMA ETNOGRAFIA, MAS DETALHAMENTO DE PROCESSOS. INCLUIR ENTREVISTAS COM POLÍCIAS.
3. DETALHAR O PROGRAMA DE ACORDO À ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS.
4. JUSTIFICAR O RECORTE TEMPORAL (2007-2009).



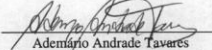


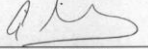
PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


 Ademário Andrade Tavares
 Representante da equipe de pesquisa


 Lucia Eilbaum (CGPES)

Brasília, 10 de 11 de 2011.



Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) - ASCES



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (coordenado por Oscar Vilhena Vieira) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. MODIFICAÇÃO E AJUSTE DO REZOQUE TEMPORAL PARA O SEMESTRE DE 2010 -
2. ALTERAÇÃO E AJUSTE DO CRONOGRAMA PARA ANDAMENTO ATUAIS
3. EXPLICITAR ACESSO AOS DADOS E GARANTIR O ACESSO AOS DADOS EM NÍVEL OU EVENTUAL MUDANÇA DE LOCAL
4. PRESENTAR OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA



Ministério da
Justiça

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

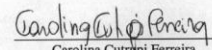


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

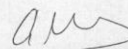
5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:



Carolina Cutrupi Ferreira
Representante da equipe de pesquisa



Lucia Eilbaum (CGPES)

Brasília, 10 de 11 de 2011.



Ministério da
Justiça

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – Direito GV (FGV)



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Universidade Federal de Santa Catarina (coordenado por Erni José Seibel) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

- 1. Adequar o objeto da proposta segundo as diretrizes temáticas apresentadas, sobretudo as prioridades de indicadores de avaliação institucionais.*
- 2. Considerar experiências de políticas públicas de segurança para sugerir e avaliar os indicadores utilizados.*
- 3. Adequar o orçamento, segundo o novo desenho da proposta, sendo possível, reduzir a ampliação do gasto até o limite do edital.*
- 4. Adequar forma do projeto: apresentação, justificativa, objetivos, atividades, cronograma e orçamento.*



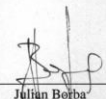


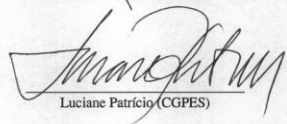
PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


 Julian Berba
 Representante da equipe de pesquisa


 Luciane Patrício (CGPES)

Brasília, 10 de NOVEMBRO de 2011.



Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – FAPEU/UFSC



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD
PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)
Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados
Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências, Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC)/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (sob a coordenação de Miriam Krenzinger A. Guindani) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Retirar a proposta de análise imediata dos conselhos.
2. Reconsiderar o papel dos conselhos a serem analisados, tendo em vista a existência desses conselhos de qualquer modo, analisando ao menos 10 conselhos (2 por região no mínimo). Apoiar o acesso de alguns conselhos de segurança pública que não estão explicitados e minimizar o acesso de pesquisadores a estes e a justiça a ser desenvolvida para cada uma delas. Redistribuir as equipes de pesquisa.
3. Readequar o cronograma devido ao atraso na construção da Corte. Readequar a data de entrega do produto final.

em funcionamento (daqueles que não estão em funcionamento)





PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

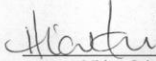
Readequar o cronograma para as visitas in loco, transferindo-as para março.

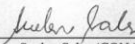
5. Readequar o cronograma de elaboração (deformação de uma série realizada de entrevistas, com quem).

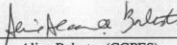
6. Readequar as rotas de acordo com a realidade da equipe e dos gastos a serem realizados.

obs.: Fazer as novas informações sobre limites de pagamento de (serviços) pesquisas, pesquisadores federais; a equipe do projeto será avaliada a partir da apresentação do projeto.

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


 Miriam Guindani
 Representante da equipe de pesquisa


 Suelen Sales (CONASP)


 Aline Balestra (CGPES)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) - COPPETEC



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS (coordenado por José Vicente Tavares dos Santos) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Ter como objeto, com maior atenção na pesquisa, o sistema KOBAN, descrevendo rotinas, processos, contexto, público-alvo, desafios
2. Adequar cronograma, descrevendo atividades da equipe, etapas e metas. Detalhar as atividades de cada membro da equipe.
3. Conduzir a pesquisa com as seguintes estados: SP/RS/BA/DF/AL/GO/MT/MS/RS
4. Considerar dentro dos resultados da pesquisa a avaliação do material didático do sistema KOBAN



Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAZ E JUSTIÇA

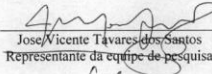


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. Utilizar os grupos focais como ex-alunos, entrevistar com coordenadores e população-alvo.

6. _____

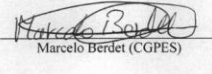
Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:



José Vicente Tavares dos Santos
Representante da equipe de pesquisa



Márcio Mattos (DEPRO)



Marcelo Berdet (CGPES)

Brasília, 10 de Novembro de 2011.



Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAZ E JUSTIÇA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) - FAURGS



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD
 PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)
 Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
 Data: 10 de novembro de 2011.
 Horário: 14h às 18h.
 Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
 Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências, Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (coordenado por Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. *Explicitar na metodologia, como será o mapeamento do volume de investimento, incluindo a fonte de recursos ao longo do desenvolvimento da política avaliada.*
2. *Direcionar o orçamento e adequá-lo ao plano de referência do PNUD.*
3. *Ampliar público alvo do grupo focal, incluindo gestores, operadores e beneficiários.*
4. *Ampliar quantidade de entrevistas segundo o objeto da proposta (ex. coordenadores, de programas, etc.).*



Ministério da
Justiça

BRASIL

PAZ E JUSTIÇA

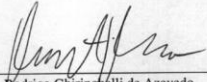


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

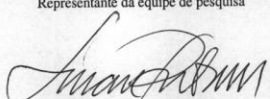
5. *Levar em consideração observações da comunidade acadêmica e de Senasp.*

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:



Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo
Representante da equipe de pesquisa



Luciane Patrício (CGPES)

Brasília, 10 de NOVEMBRO de 2011.



Ministério da
Justiça

BRASIL

PAZ E JUSTIÇA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – PUC-RS



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (coordenado por Dorian Borges) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Analisar, além do funcionamento dos diversos órgãos que registram homicídios, o fluxo da comunicação do sistema como um todo.
2. Identificar "escalos" das informações.
3. Elaborar sugestões para aprimoramento do sistema e codificação dos problemas detectados.
- 4.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM FOME

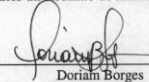


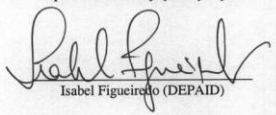
PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


 Dorian Borges
 Representante da equipe de pesquisa


 Isabel Figueiredo (DEPAID)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM FOME

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Universidade Federal de Sergipe (coordenado por Paulo Sérgio da Costa Neves) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Não foram feitas observações.

2. _____

3. _____

4. _____



Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

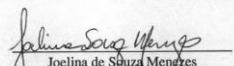


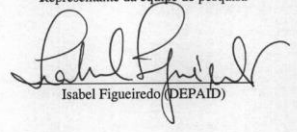
PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


Joeline de Souza Mendes
Representante da equipe de pesquisa


Isabel Figueiredo (DEPAID)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) - UFS



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (coordenado por Debora Diniz, Janaina Penalva e Malthus Galvão) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Análise comparativa entre casos de homicídios de mulheres relacionando a Lei Maria da Penha e casos de homicídios de mulheres comuns.

2. _____

3. _____

4. _____



Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

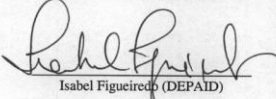
5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:

0201

Debora Diniz
Representante da equipe de pesquisa


Isabel Figueiredo (DEPAID)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – Anis



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD
PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)
Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados
Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Fundação Universitária José Bonifácio/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado por Michel Misse, foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Não foram feitas observações.
2. _____
3. _____
4. _____

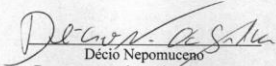


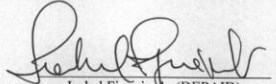


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

5. _____
6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


 Décio Nepomuceno
 Representante da equipe de pesquisa


 Isabel Figueiredo (DEPAID)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – Fundação Universitária José Bonifácio



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD
PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)
Editais de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados
Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pelo Instituto DH - Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania (coordenado por João Batista Moreira Pinto) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. especificar as atividades da equipe
2. Integrar os objetivos específicos (que são muitos),
definir amplitude de pesquisa (que parte de todo o estado),
conforme redirecionamento da equipe.
3. Explicitar a quem seriam aplicados os questionários
(quem, quantos).
4. _____



Ministério da Justiça
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

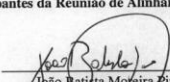


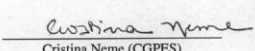
PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

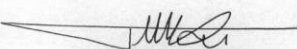
5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


 João Batista Moreira Pinto
 Representante da equipe de pesquisa


 Cristina Neme (CGPES)


 Fábio Xavier (DEPAID)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



Ministério da Justiça
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – Instituto DH



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA)/Universidade da Amazônia (UNAMA), coordenado por Rosália do Socorro da Silva Corrêa, foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Avaliar a possibilidade de comprar 2 Anticorrupção - PM e PC. O projeto originalmente prevê apenas a PM.
2. Definir um recorte metodológico para avaliar o impacto da formação por meio de análise de processo de corrupção.
3. Detalhar a metodologia qualitativa (específicas quem/quantos e/ou outros entrevistados) e propor roteiro para entrevistas.
4. _____



Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

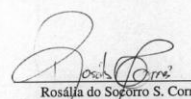


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

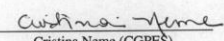
5. _____

6. _____

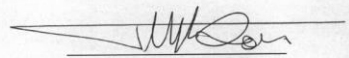
Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:



Rosália do Socorro S. Corrêa
Representante da equipe de pesquisa



Cristina Neme (CGPES)



Fábio Xavier (DEPAID)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – FIDESA/UNAMA



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)
 Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Seleccionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências. Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pela Universidade Federal do Pará (coordenado por Verônica do Couto Abreu) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

- Em razão de haver maior acesso à instituições da Polícia Federal, restringir-se o objeto para a PM (excluindo a Polícia Civil).
- Excluir-se o 3º objetivo (comparar a atuação policial nos estados policiais e nos municípios), privilegiando a análise de formas em nível a partir de pesquisas documentais e qualitativas nos 5 estados propostos.
- Rever a relevância da possibilidade de analisar o impacto de formas nos atos em aspectos de metodologia para alcançar o objetivo.
- Reordenar projeto, reduzindo a doutrina teórica.



Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

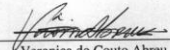


PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

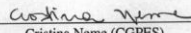
5. _____

6. _____

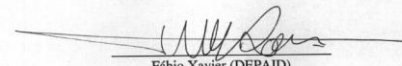
Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:



Verônica do Couto Abreu
 Representante da equipe de pesquisa



Cristina Neme (CGPES)



Fábio Xavier (DEPAID)

Brasília, 10 de novembro de 2011.



Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – FADESP/UFPA



PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SENASP/ PNUD

PROJETO BRA/04/029 (Segurança Cidadã)

Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública

1ª Reunião com Representantes dos Projetos Selecionados

Ata da Reunião de Alinhamento

Informações Gerais sobre a Reunião
Data: 10 de novembro de 2011.
Horário: 14h às 18h.
Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
Endereço: Setor Comercial Sul, B. Quadra 9 – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala de Conferências, Brasília-DF.

De acordo com a Reunião de Alinhamento, ficou acordado que o projeto de pesquisa apresentado pelo Instituto Sou da Paz (coordenado por Theodomiro Dias Neto) foi aprovado no Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, sob a condição de atender às orientações listadas abaixo, as quais devem ser incorporadas em seus produtos.

1. Justificar melhor a escolha dos Estados e rapidamente a estrutura de parcerias com os poderes.
2. Detalhar melhor a missão de campo, explicando como se dará o levantamento das informações.
3. Definir a metodologia sobre uso do foco e seu modo a fazer entrevistas, priorizando os sujeitos do Portão 226.
4. Avaliar a possibilidade ou não de incluir mais novos temas.



Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

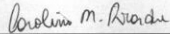


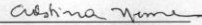
PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

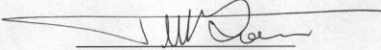
5. _____

6. _____

Assinatura dos participantes da Reunião de Alinhamento:


 Carolina Ricardo Mattos Carolina de Mattos Ricardo
 Representante da equipe de pesquisa


 Cristina Neme (CGPES)


 Fábio Xavier (DEPAID)

Brasília, ____ de ____ de 2011.



Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ata Reunião de Alinhamento (10/11/11) – Instituto Sou da Paz